



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Escola de Comunicação – ECO

Breve histórico do jornalismo em Cuba: algumas reflexões sobre o conceito de liberdade de imprensa

Larissa Limeira Grutes da Silva

RIO DE JANEIRO | 2007

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação

Breve histórico do jornalismo em Cuba: algumas reflexões sobre o conceito de liberdade de imprensa

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

LARISSA LIMEIRA GRUTES DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

RIO DE JANEIRO | 2007

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia, **Breve histórico do jornalismo em Cuba: algumas reflexões sobre o conceito de liberdade de imprensa**, elaborada por Larissa Limeira Grutes da Silva.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão examinadora:

Orientador, Prof. Dr Mohammed ElHajji.– ECO/UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho – ECO/UFRJ

Prof. Dr. Fernando Mansur – ECO/UFRJ

RIO DE JANEIRO | 2007

SILVA, Larissa Limeira Grutes da.

Breve histórico do jornalismo em Cuba: algumas reflexões sobre o conceito de liberdade de imprensa. Rio de Janeiro, 2007.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Mohammed ElHajji

SILVA, Larissa Limeira Grutes da. **Breve histórico do jornalismo em Cuba: algumas reflexões sobre o conceito de liberdade de imprensa.** Orientador: Mohammed ElHajji. 70 páginas. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. 2007. Projeto Experimental (Habilitação em Jornalismo).

RESUMO

Este trabalho pretende traçar um histórico da imprensa em Cuba e apresentar dados relativos ao exercício da profissão no país buscando pesquisar seu arraigamento nas idéias de personagens como José Martí, suas principais mudanças pós-Revolução e seu papel no desenvolvimento e na manutenção do socialismo na ilha. De forma análoga, objetiva problematizar as acusações da grande mídia a respeito da imprensa cubana, que se assentam, de maneira geral, no pressuposto de um jornalismo amordaçado. Assim, propõe-se aqui uma pequena reflexão sobre instituições defensoras da liberdade de imprensa, exemplificadas pela organização sem fins lucrativos, Repórteres Sem Fronteiras, cujo discurso tem grande aceitação nos principais veículos de comunicação. Sobretudo, o presente trabalho procura expor aspectos pouco divulgados na grande mídia acerca deste tema e dar espaço à visão de jornalistas cubanos que trabalham em favor de um jornalismo engajado na manutenção da soberania e das conquistas adquiridas com a Revolução de 1959.

Abrí todas las ventanas de la casa. Las calles estaban llenas de una multitud jubilosa que parecía haber recobrado voces por harto tiempo acalladas. Frente a mí pasaron algunos con el puno en alto: “¡Viva la Revolución!” – “¡Viva!” – dije. – “Más alto: no se la oye” – me dijo el médico. – “¡Viva la Revolución!” – grité, esta vez alzando una mano abierta, blanda indecisa. – “Así, no. Es con el puno cerrado. Fíjese: haga como yo”. Acabé por levantar el puno a la altura de la sien, recordando que así hacían Gaspar e Enrique – y acaso también Calixto, ahora. – “Bien” – dijo el médico: “A la una, a la dos, a la tres: ¡Viva la Revolución!” – clamamos los dos en unísono. – “¡Viva!” – respondió la calle entera.

Vera, personagem de Alejo Carpentier em *La Consagración de la Primavera*.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Mohammed El Hajji.

Aos meus pais.

À minha avó.

Ao meu tio José Eduardo, pelos livros roubados desde a infância.

À Irene Cristina, ao Vitor Iorio e ao João Máximo, pela amizade e pelo apoio durante toda a graduação.

Ao Ricardo Quiroga, pelo material para este trabalho.

Ao Alejandro Alfonso, por ter me ajudado a entender um pouco sobre Cuba.

À Mayka Castellano, pelos anos de paciência e de amizade.

À Loyana Leal, sobretudo pelas gargalhadas.

À Vania Cury, Ana Julia Cury, Izabel Cury e Fernanda Cury: condição *sine qua non* para este trabalho e para a minha vida; amigas lindas, quase tão bonitas quanto a Revolução Cubana.

Sumário

1- Introdução

2 – Breve histórico da imprensa cubana

2.1. Primeiras publicações

2.2. José Martí

2.3. A Imprensa Republicana

3- Imprensa escrita pós-Revolução

3.1. Primeiras mudanças

3.2. Criação da Prensa Latina

3.3. Principais jornais

3.4. Transformações no jornalismo cubano

4- Liberdade de imprensa

4.1. Liberdade de imprensa em perspectiva

4.2. Considerações sobre liberdade de imprensa em Cuba

4.2.1. Os Repórteres Sem Fronteiras

5- Considerações finais

Referências Bibliográficas

1. Introdução

A República de Cuba localiza-se na parte mais ocidental do Caribe. O navegador Cristóvão Colombo atracou na ilha em 1492 e, oito anos depois, a Espanha passou a colonizá-la: entretanto, o país é habitado há pelo menos dez mil anos. A dominação espanhola durou até 1898, quando Cuba passou a ser uma República em princípio independente; em realidade, sob o jugo dos Estados Unidos: uma contínua intervenção política e militar estadunidense marcou este período da história do país. Com pouco mais de 110 quilômetros quadrados e de onze milhões de habitantes, a pequena ilha caribenha não chamaria tanto a atenção do mundo não houvesse protagonizado uma Revolução socialista em 1959.

Portanto, desde 1961, quando se declarou o caráter socialista da Revolução, a grande mídia, que havia dado espaço aos revolucionários cuja luta perdurou por meses a fio, passou a rechaçar o novo regime e seu líder Fidel Castro. Os Estados Unidos impuseram um bloqueio econômico, comercial e financeiro; Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), acusada de não ser uma democracia, e alinou-se à União Soviética como garantia de proteção contra o imperialismo estadunidense. Com a desintegração da URSS em 1991, mesmo que sem apoio algum, a ilha se manteve socialista: de forma análoga, conservaram-se as críticas publicadas em jornais de todo o mundo: uma das principais acusações ao país constitui a falta de liberdade de imprensa.

Diante de tais dados, este trabalho pretende refletir sobre como tal crítica atrela-se ao discurso liberal e dissimula a defesa de interesses político-econômicos antagônicos à autonomia de Cuba e de seu êxito social. Parte-se do princípio que a imprensa dos países liberais é livre e que esta deve exercer um papel fiscalizador; logo, considera-se amordaçado um jornalismo com outros valores e cuja defesa não é a do capital, mas sim a da soberania e das conquistas sociais de um país. Dessa forma, jornais e instituições sem fins lucrativos, como os Repórteres sem Fronteiras, cujo propósito consiste lutar por tal liberdade, procuram deslegitimar a imprensa cubana, bem como seu regime e seu presidente, fazendo coro ao discurso de seu principal opositor de Cuba, os Estados Unidos, que há 47 anos investem milhões em ações terroristas e contrapropaganda para derrubar o socialismo na ilha.

Com o fim de cumprir o intento de tal reflexão, darei voz, neste trabalho, ao que pesquisaram e ao que debateram alguns jornalistas cubanos – como o célebre José Benitez e Bertha Verdura Marino, professora da Escola de Comunicação de Havana – sobre a imprensa em seu país. Obtive acesso apenas a um destes jornalistas militantes residentes no Brasil, Rolando de la Ribera, correspondente da agência de notícias Prensa Latina; no entanto, utilizarei jornais publicados na ilha, textos e páginas na Internet elaboradas pela Unión de Periodistas de Cuba, e lançarei mão da

própria visão do presidente Fidel Castro sobre a imprensa de seu país. A fim de contextualizar o objeto desta pesquisa, o trabalho do historiador inglês Richard Gott (2001) será constantemente mencionado, do mesmo modo que, com certa frequência, farei uso das produções de Eric Hobsbawm e da Enciclopédia Latinoamericana, coordenada, entre outros autores, por Emir Sader.

Em sua breve contribuição acerca da imprensa em Cuba, esta monografia procurará se ater ao jornalismo escrito, discorrendo sobre sua história e sobre dados que dizem respeito ao exercício da profissão no país. Sobretudo, desvelar-me-ei para contribuir no debate sobre o papel desta imprensa no desenvolvimento e na manutenção da sociedade socialista da ilha. Por meio de uma argumentação baseada em estudiosos do setor da mídia, como Jürgen Habermas e Muniz Sodré, bem como na proposição de liberdade de imprensa elaborada por Karl Marx, buscarei levantar questionamento sobre tal conceito, em especial, no que concerne às críticas atinentes à falta desta liberdade nos veículos de comunicação de Cuba. Utilizarei o exemplo da organização sem fins lucrativos Repórteres Sem Fronteiras para problematizar o aparente consenso de que tal liberdade se faz presente nas sociedades liberais.

Pretendo, assim, dispor do pouco divulgado discurso de jornalistas atuantes na ilha e de redes alternativas de imprensa, como a *Voltaire*. Trabalharei com a hipótese de que o pressuposto de que há imprensa livre numa sociedade de classes trata-se de falácia: tanto nas liberais, quanto na cubana, há restrições ao seu pleno exercício. Nesta última, no entanto, deliberadamente construiu-se um jornalismo comprometido com a primordial defesa da independência e da justiça social conquistadas com a Revolução. Diante das dificuldades econômicas, que têm como conseqüência, para citar um dos mais graves problemas, a escassez de papel, e da constante ameaça imperialista dos Estados Unidos, cabe a tal imprensa, muitas vezes, atuar em posição defensiva, como explica Benitez (1990).

Conforme exposto, a bibliografia consultada para esta monografia, de maneira deliberada, visa a apresentar apenas um lado das questões levantadas, de sorte a contrapesar o conteúdo acusatório em curso diariamente na maior parte veículos de comunicação. Nesse sentido, abordar tal controvertido tema faz-se necessário para que alguns sofismas construídos pela grande mídia no que concerne a imprensa cubana sejam desfeitos e para que se possa considerar o ponto de vista dos reais agentes desta, e não o que os jornalistas de outras partes do mundo pensam a seu respeito.

Deste modo, no primeiro capítulo proporciono ao leitor uma base contextual para acompanhar o desenvolvimento dos argumentos apresentados ao longo do texto. Resumidamente, exponho os principais traços da imprensa em Cuba na sua fase colonial e de República para entender o processo que levou à Revolução de 1959 e à tomada do país pelos trabalhadores, conduzidos pelos guerrilheiros liderados por Fidel Castro e que, assim, ocasionou mudanças

profundas em todos os âmbitos da sociedade. Travou-se, a partir de então, uma batalha de idéias com o objetivo de combater o pensamento dominante e o apresentar ao mundo uma outra maneira de se viver e uma mentalidade distinta da capitalista.

De uma imprensa colonial censurada pela metrópole e destinada a noticiar atividades comerciais, os jornais cubanos passaram a uma imprensa opinativa e, com isso, a formar uma consciência nacional embrionária. Ao lado das lutas de independência, as publicações, ora clandestinas, ora legais, constituíram parte do combate contra a metrópole e revolucionários, como José Martí, destacaram-se como grandes jornalistas neste período.

Da mesma forma, havia uma série de publicações prósperas cujo propósito tratava-se do resguardo da posição do país como colônia. Durante a República, tais veículos propalaram-se pela ilha; contudo, desta vez, seu objetivo consistia manter a subordinação à nova metrópole: os Estados Unidos. Por muito tempo este tipo de imprensa privada, nas mãos de poucas famílias, e cuja defesa dos seus interesses em detrimento dos da maioria da população estampava-se regularmente nos jornais e revistas, tomou conta de Cuba.

Nos anos 1950, entretanto, tal imprensa burguesa dividiu espaço com uma série de publicações que, retomando os ideais de José Martí segundo os quais o jornalismo deveria ser uma arma política e um aliado da população, defendiam, mais uma vez, a independência de Cuba. Por meio de tais publicações, os rebeldes que viriam a aglutinar os trabalhadores do país e, assim, a tornar vitoriosa uma Revolução, clamavam pelo fim da corrupção, das injustiças sociais e do imperialismo estadunidense a que a ilha estava subjugada.

Versarei sobre este jornalismo revolucionário no segundo capítulo: nele, buscarei fazer uma breve análise das principais mudanças dos meios de comunicação pós-Revolução de 1959, que pouco se modificaram nos dias de hoje. Apresentarei de modo geral como os três principais jornais de caráter nacional e a agência de notícia Prensa Latina surgiram e em que circunstâncias funcionam atualmente. Considerando a fundamental importância dos meios de comunicação para a mobilização social, indicarei, orientada pelo discurso de Benitez (1990), como foram criadas as condições para a manutenção da sociedade socialista vigente até hoje.

Influenciada teoricamente pela escola russa de jornalismo, sobretudo devido à aproximação com a União Soviética, a imprensa cubana, no que tange às técnicas, adotou a escola estadunidense. No entanto, Cuba desenvolveu seu próprio modo de fazer jornalismo, assim como adaptou os princípios socialistas à sua realidade: seus meios de comunicação procuraram associar-se ao jornalismo de opinião do século XIX, voltar-se para o discurso de seus libertadores como José Martí e jamais aproximar-se da mídia tal qual a produzida pelas sociedades liberais.

A afirmação de tais preceitos transforma Cuba em constante alvo da imprensa destes Estados que a acusam de desrespeitar o aparentemente consensual conceito de liberdade de

imprensa. Este assunto será abordado no terceiro capítulo desta monografia em que tentarei compreender a razão pela qual tantas acusações são feitas à ilha socialista enquanto outros países em que, por exemplo, os direitos humanos são desrespeitados, não merecem tanto destaque na mídia internacional. Além disso, buscarei a origem da concepção deste tipo de liberdade e examinarei se este se aplica a Cuba e se acaso é aceito pelos seus jornalistas.

Ao final do capítulo, propõe-se uma reflexão sobre instituições defensoras da liberdade de imprensa, exemplificadas pela organização sem fins lucrativos, Repórteres Sem Fronteiras, cujo discurso tem grande aceitação nos principais veículos de comunicação. Buscarei demonstrar como tal instituição, a despeito da retórica de imparcialidade, se cala diante de crimes cometidos pelos Estados Unidos e fomenta as campanhas promovidas por este país, um de seus grandes financiadores, contra Cuba.

Por último, discorro nas considerações finais sobre como a crítica destes veículos de comunicação representantes do capital financeiro e defensores do liberalismo decorrem também de um incômodo causado pela sociedade socialista cubana, capaz de alcançar um êxito social ausente na maioria dos países capitalistas. Em consequência disso, a mídia utiliza-se de todas as diferenças, apontadas como erros, entre a sociedade liberal e a socialista para propor o fim deste sistema. A sustentação de um regime que o mundo capitalista não aprova acarreta como consequência ferozes acusações ao jornalismo cubano multiplicadas pelas principais publicações do mundo.

Procurarei, assim, expor aspectos pouco divulgados na grande mídia sobre a realidade da imprensa cubana, visando a dar espaço à opinião de jornalistas que trabalham na ilha em favor de um jornalismo engajado social e politicamente. Da mesma maneira, pretendo aqui lançar luz sobre alguns âmbitos deste tema ainda que por meio de uma abordagem limitada.

2. Breve histórico da imprensa cubana

Neste primeiro capítulo, apresentarei um breve histórico da imprensa cubana, de modo a fornecer ao leitor uma base contextual que o permita acompanhar o desenvolvimento dos argumentos e das idéias apresentados ao longo do trabalho. Procurarei expor, de maneira sucinta, os principais traços da imprensa em Cuba, desde o seu surgimento até a Revolução de 1959, bem como tratar dos jornalistas mais destacados e dos periódicos mais relevantes. A opção por dedicar um capítulo à história da imprensa cubana se justifica na medida que é imprescindível levar em conta o processo histórico de formação de um determinado objeto de estudo na construção de qualquer análise, sob qualquer recorte, de tal objeto.

O desenvolvimento da imprensa na ilha no século XIX constata o processo de gestação da identidade nacional: durante este período, desenvolveu-se um pensamento anticolonialista, antiescravagista, patriótico e independentista. Conhecer esta fase do jornalismo em Cuba, ainda que brevemente, significa entender a que valores a imprensa da atualidade recorre. Da mesma maneira, estudar a trajetória e o pensamento do herói e um dos maiores jornalistas da história do país, José Martí, elucida a preocupação da imprensa atual cubana em usar o jornal como meio de organização social, como instrumento de educação e de formação de consciência crítica por meio de análises da situação político-econômica de Cuba e artigos sobre literatura, arte, ciências e esportes (BENITEZ, 1990, p. 26). A referência constante a Martí traduz o esforço em manter-se uma imprensa nacionalista – jamais jingoísta – e panfletária, cuja radicalidade sustentada não é mais a da independência de Cuba, mas a da subversiva manutenção da autonomia e da dignidade conquistadas no país em 1959 com a Revolução.

A imprensa durante a República – também intitulada imprensa burguesa ou

pseudo-republicana por alguns autores, como Benitez (1990) – foi marcada pela difusão de dezenas de publicações que, em geral, manifestavam o ponto de vista liberal e estavam concentradas nas mãos de poucas famílias ricas como os Rivero, donos do extinto jornal conservador *Diario de la Marina*. Nos anos 1950, havia quase trezentos periódicos e estações de rádio, seis canais de televisão e 13 jornais cinematográficos, nacionais e estrangeiros (JAKOBSKIND, 1985).

Existia, no entanto, uma fecunda imprensa revolucionária cuja razão de ser era a propagação dos ideais da Revolução que eclodiria em 1959 sob a liderança de Fidel Castro. Com a colaboração de *Sierra Maestra*, *El Cubano Libre*, *Alma Mater*, *Revolución*, *Son Los Mismos* e *El Acusador*, que, sem dúvida, resgataram os ideais de Martí, e ainda dos meios de comunicação de grande circulação, apesar de o espaço ser muitas vezes limitado, difundiu-se um espírito militante na sociedade e determinou-se um padrão de jornalismo que dura por quase cinquenta anos e que Fidel Castro definiu, em um debate sobre cultura na ilha em 1961, da seguinte forma: “Significa que dentro da Revolução existe tudo; contra a Revolução, nada” (*apud* FURIATI, 2001, p. 448). A imprensa, para grande parte dos jornalistas da ilha, deve servir como instrumento de difusão de educação, de criação de consciência crítica e “desenvolver o espírito internacionalista, de compreensão humana, de amor aos valores históricos e culturais de um povo” (BENITEZ, 1990, p. 26). No entanto, na pequena ilha caribenha, em constante conflito com os Estados Unidos e sob bloqueio econômico imposto por este, a imprensa não pode servir para difundir a ideologia do país vizinho, dominante em quase todo o mundo, que não aceita a existência de uma ilha soberana, autônoma e socialista a poucos quilômetros do seu território, que demonstra “com conquistas, realidades, insuficiências e problemas, que é possível viver de maneira mais humana e que os países podem ser outra coisa que não lugares de contrastes inaceitáveis, frustrações e iniquidades” (SADER, 2006, p. 384).

2.1. Primeiras publicações

Em consonância com muitas colônias espanholas na América Latina, como México, Peru e Guatemala, a imprensa em Cuba surgiu ainda na primeira metade do século XVIII. Em 1723, produziu-se o folheto mais antigo editado em uma gráfica em Havana (LEUCHEIRING *apud* MARINO, 2001). E até 1763, as gráficas licenciadas pelo governo espanhol submetiam-se à apreciação espanhola e serviam essencialmente para comunicar tarifas de preços comerciais no *El almanaque anual de la Isla*. O primeiro jornal oficial – semanal, criado em maio de 1764, composto de quatro páginas e editado na tipografia da Capitania Geral (*Id. ibid.*) –, da mesma forma, cumpria a função de imprensa colonial: noticiar compras e vendas e atividades portuárias.

Por sua vez, *La Gazeta de la Havana*, mais antigo periódico das autoridades espanholas, editado em 1782, acolhia, em geral, o pensamento da metrópole e seguia publicando anúncios sobre entrada e saída de portos de Havana. Temas médicos, agrícolas e filosóficos também permeavam suas páginas (BENITEZ, 1990).

Oito anos mais tarde, surge *El Papel Periódico*, considerado o primeiro jornal relevante de Cuba (MARINO, 2001), cujas quatro páginas já demonstravam o caráter patriótico ostensivo recorrente na imprensa cubana dos dias de hoje. Tal fundação deveu-se à mudança de governo na ilha: ao assumir o comando da ilha em julho de 1790, o novo capitão-geral, Luis de las Casas y Aragorru, concebeu a criação de um jornal para publicar notícias oficiais.

Mudanças em Cuba nesta época relacionam-se diretamente com as transformações na Espanha. Depois de dez meses de ocupação britânica, na área de Havana até Matanzas, em 1763, e da derrota formal da Espanha na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), em que era aliada da França, Cuba começa a se beneficiar do “despotismo esclarecido”, forma de governar inspirada nos ideais do Iluminismo, que o imperador espanhol Carlos III já havia implantado na Europa (VITIER, 1990). Na metrópole, Sociedades de Amigos del País estabeleceram-se com o objetivo de promover a economia e a pesquisa social; nas colônias, expedições científicas buscavam explorar regiões desconhecidas e vislumbrar possibilidades econômicas (GOTT, 2006).

Tal qual na Espanha, fundou-se em Havana a *Sociedad Económica de Amigos del País*, cujos integrantes eram empreendedores, magnatas do açúcar e outros membros da elite cubana – coordenados pelo capitão-geral. Na esteira desta instituição – criada em 1793 e que servia politicamente para dar à elite colonial a ilusão de participação na administração do país – formou-se no mesmo ano uma série de instituições que colaboraram para a modernização de Cuba, como o Consulado Real de Agricultura, Indústria e Comércio. *El Papel Periódico* passou então a ser coordenado pela *Sociedad*. Em suas páginas, escreveram padre Agustín Caballero, o cientista Don Tomas Romay, intelectuais combatentes do escolasticismo decadente, e a favor da introdução da filosofia eclética moderna e as ciências experimentais (MARINO, 2001). Assim como Caballero e Don Tomas, escreveram outros célebres pensadores da ilha, uma vez que a atividade intelectual em Cuba, assim como em outras colônias espanholas, desenvolveu-se razoavelmente cedo, com a criação da Real Pontifícia Universidade de San Jerónimo em 1728 (VILTER, 1990). Além disso, a Sociedade promoveu diversas pesquisas nas áreas de botânica, matemática, e impulsionou avanços tecnológicos, sobretudo na área do açúcar e do tabaco e, de acordo com Gott (2006, p.60): “para uma pequena ilha caribenha, essa extensa atividade intelectual foi certamente uma realização. A Sociedad foi, com efeito, o veículo que trouxe o Iluminismo europeu a Cuba”.

Apesar da notável contribuição do jornal para a literatura nacional, para a crítica dos costumes, para a difusão do conceito de pátria e para a reforma na educação cubana, a reprodução

do ideário escravagista da *Sociedad Económica*, que por sua vez representava os interesses de uma elite açucareira, fazia-se presente nas edições diárias de *El Papel Periódico*. Há, entretanto, registros de artigos publicados em defesa dos escravos, em geral a favor de melhores tratamentos, como alguns de maio de 1791, publicados quando o jornal passou a se chamar *La Gaceta de La Habana* (após sucessivas mudanças de nome), em 1848 (MARINO, 2001; VITIER, 1990).

Outrossim, as editoriais de *La Gaceta de La Habana* eram compostas por intelectuais como redatores que debatiam acerca de temas como medicina (fortemente presente no jornalismo cubano até hoje), história, geografia, entre outros assuntos; contudo, destacavam-se as polêmicas literárias e as poesias publicadas que chegavam ao jornal – tudo assinado com pseudônimos, assim como ocorria em *El Papel Periódico*.

A elaboração das primeiras técnicas de jornalismo na ilha ficou por conta de Pascual Ferrer, editor de *Regañon de La Havana*, de 1800, em seus curtos dois anos de existência. Diante disso, deve-se justificar a pouca variedade de assuntos desta publicação pela forte censura imposta pela metrópole durante todo o período colonial, bem como estabelecida a *El Papel Periódico*, que, por mais progressista que possa ter sido, esbarrava em interesses das elites colonial e espanhola (MARINO, 2001).

Somente em 1812, com a promulgação da Constituição da Espanha, concessões e liberdades foram feitas aos colonos, entre elas a primeira lei de liberdade de imprensa. Em consequência disso, emergiram publicações periódicas de todo o tipo: durante vinte anos, mais de duzentos jornais espalharam-se por Havana e pelo interior da ilha. Afrouxadas as mordanças, em periódicos como *El Revisor Político y Literário*, que publicou 71 números até 1823, intelectuais difundiram ideais da aristocracia *criolla*: davam forma, portanto, ao nacionalismo cubano. Graças a discussões suscitadas em instituições acadêmicas sobre a independência de Cuba, essa publicação foi fechada por autoridades espanholas (PEZUELA *apud* MARINO, 2001).

A favor da independência de Cuba também escrevia o filósofo e sacerdote Felix Varela, redator do *El Habanero* – entre outras publicações –, considerado o primeiro jornalista revolucionário da ilha e um dos propulsores da consciência nacional (MACHÍN, 1978). Nos sete números do jornal fundado em 1824, suas idéias, principalmente da independência e da autodeterminação de Cuba, foram muito repercutidas: quem recebia um exemplar do exterior, se encarregava de reproduzi-lo. Depois de seu terceiro número, o jornal foi proibido de circular e só entrava na ilha clandestinamente, em bagagem de viajantes. Na edição de número quatro, Varela desafia com “franco, decidido e vibrante espírito revolucionário” (LEUCHENRING *apud* MACHÍN, 1978, p.6):

Continuem perseguindo *El Habanero*, porque diz estas verdades. Repitam, como vêm fazendo até agora, que seu autor é um homem prejudicial, que somente

trabalha para arruinar o país; em uma palavra: digam tanto quanto seu furor puder inspirá-los (...) (VARELA apud MACHÍN, 1978, p.13).

Em consequência da defesa dos seus ideais, os mesmos daqueles que iniciaram a primeira guerra de independência em 1868, Varela sofreu uma tentativa de assassinato e é até hoje lembrado como “primeiro intelectual cubano a colocar seu talento e sua pena a serviço da liberdade de sua pátria” (MARINO, 2001, p.4).

O jornalismo cubano do século XIX também contou com uma série de publicações conservadoras como *El Siglo*, porta-voz do Partido Reformista, fundado em 1862, composto por donos de engenhos e de escravos. Suas bandeiras eram autonomia da política colonial, igualdade de direitos para cubanos e espanhóis, liberdade de cultos e uma moderada defesa da proibição do tráfico de escravos. Negadas as solicitações pela metrópole, o movimento reformista se encerrou e com ele o jornal.

Fazendo frente ao *The New York Herald* e *La Crónica*, jornais estadunidenses em que espanhóis espalhavam campanhas difamatórias, *La voz del pueblo cubano*, escrito por Juan Bellido de Luna nos Estados Unidos, saiu em defesa da independência de Cuba e denunciava abusos cometidos pelos *chapetones*, em junho de 1852. Vários jornalistas foram presos e perseguidos e, dois meses depois de sua primeira edição, a sede foi invadida devido a uma delação e o tipógrafo Eduardo Fasciolo y Alba assumiu a edição do jornal (o editor havia conseguido escapar) e acabou fuzilado um mês depois, transformando-se no primeiro mártir do jornalismo cubano (MARINO, 2001).

Já no primeiro editorial, o jornal profetizava seu destino e demonstrava o forte patriotismo vigente na época:

Este jornal tem por objetivo representar a opinião livre e franca dos *criollos* cubanos e propagar o sentimento nobre de liberdade que um povo culto deve ter. Não tememos ser denunciados por uma infame delação. Morreremos, mas somente depois de ver prestado tão importante serviço à santa causa de nossa querida pátria (MARINO, 2001, p. 3).

Jornais revolucionários não faltaram durante a luta por independência e o mais notável foi o *El Cubano Libre*, inspirado por Carlos Manuel de Céspedes e editado na cidade de Bayamo, ao leste da ilha, em 1868. Em outubro deste ano, Céspedes anunciou o início de um movimento pela independência de Cuba, episódio conhecido como Grito de Yara, disparando também a Guerra de Dez Anos, que se configurou em uma guerra racial: escravos e negros livres lutaram ao lado de proprietários de terra contra os colonizadores brancos racistas (GOTT, 2006). Durante dois meses, o *El Cubano libre* divulgou notícias dessa guerra e notas redigidas por Céspedes prometendo segurança à população; publicou, ainda, as duas primeiras estrofes de *La Bayamesa*, atual hino

nacional cubano, cuja autoria pertence a um dos oficiais que lutaram contra a invasão espanhola à Bayamo, Perucho Figueredo. A interrupção na edição do jornal deveu-se a essa invasão e ao incêndio da cidade, ateado pela população que se negou a entregá-la. Segundo GOTT (2006, p. 92), “morrer pela pátria tornou-se uma tradição que agitaria o país por mais de um século”.

Para Benitez (1990), não se pode falar em imprensa revolucionária editada por setores crescentes das classes trabalhadoras a não ser a partir do Grito de Yara: o despotismo metropolitano não permitia o surgimento de outro tipo de jornalismo. Excetuam-se, na visão do autor, os mais de 46 jornais editados no exterior, principalmente nos Estados Unidos, cujo maior objetivo consistia defender a causa da independência, e os clandestinos, que circularam com considerável irregularidade e eram distribuídos gratuitamente no campo, na cidade e entre os emigrantes por meio das agências de correio: tal imprensa clandestina ficou conhecida como imprensa *mambí*.

Em janeiro de 1869, na tentativa de combater o independentismo, o governo espanhol permitiu certa liberdade de imprensa; no entanto, recuou pouco mais de um mês depois, decretando novamente a censura.

Na segunda guerra de independência, em 1895, Antonio Maceo, capitão negro de 20 anos que surgira como líder rebelde dos que apoiavam Céspedes, clandestinamente reeditou *El Cubano Libre* durante três anos, tempo em que escreveram célebres intelectuais da época em defesa da liberdade da pátria. Então definido por Maceo como um corpo de exército de doze colunas e um reforço de quinhentos homens, *El Cubano Libre*, depois de conquistada a independência, tornou-se um instrumento de severa crítica à ocupação militar dos Estados Unidos, país que libertou Cuba do controle espanhol em três semanas incompletas. Contudo, tal interferência deu-se somente depois de mais três anos na guerra contra a Espanha iniciada em 1895, e trinta anos de luta dos cubanos pela independência: “desolados, eles (os cubanos) assistiram da calçada a vitória lhes ser tirada” (GOTT, 2006, p.118).

No que concerne à imprensa operária, *La Aurora*, ligado aos reformistas de *El Siglo*, foi fundado por artesãos em 1865 depois de uma onda de greves dos tabaqueiros em Havana. Destacou-se denunciando donos de fábricas de tabaco, más condições sanitárias dos locais e abusos e maus-tratos sofridos por operários. Devido à repressão da Espanha, era difícil utilizar o jornal como instrumento de organização do movimento operário; deste modo, os editores preferiam se concentrar na educação dos artesãos: uma de suas primeiras campanhas foi promover a leitura de livros e jornais durante a jornada de trabalho nas fábricas de tabaco. Com isso, os artesãos de Havana fundaram escolas para sua própria educação e a de seus filhos e tornaram hábito em quase todas as fábricas de La Habana e subúrbios a leitura em voz alta, que se dava da seguinte maneira: havia um trabalhador responsável por ler em voz alta enquanto os outros trabalhavam na confecção

de charutos, tradicionalmente um grande produto de exportação no país. Tal costume configurou-se na instituição cultural mais importante entre os tabaqueiros por quase um século.

Havia ainda espaço para artigos de cultura geral. Entretanto, trazer notícias do mundo para a ilha cabia às revistas, entre as mais conceituadas, *Revista de Cuba*, *Revista Cubana* e *Hojas Literárias* – esta última lançada em 1803 e com grande difusão nacional e mundial até seu fim, em 1893, devido à censura espanhola. Para José Martí, *Hojas Literárias* foi uma tribuna onde Manuel Sanguily, seu editor, enfrentava o inimigo e vociferava contra todas as injustiças.

2.2. José Martí

Em bustos, em cartazes, em nomes de escolas, ruas e praças e no discurso das pessoas, evoca-se a memória de José Martí, de Havana a Guantánamo, extremo leste da ilha. Na capital, um prédio de 139 metros de altura, o Memorial José Martí, destaca-se no meio da Praça da Revolução, onde também funciona um museu em homenagem ao chamado Apóstolo da independência de Cuba, cuja luta se estendia à América Latina. Ativista revolucionário, teórico político, escritor, poeta, orador e jornalista, Martí dedicou grande parte de sua vida escrevendo artigos em defesa de sua maior causa. “*De América soy hijo y a ella me debo*”, uma das mais conhecidas frases escritas pelo intelectual, sintetiza a maior razão de ser de sua luta, a América Latina e seus problemas recorrentes: “democracia e ditadura, reforma e revolução, e o choque entre os colonizadores brancos e os povos indígenas” (GOTT, 2006, p.103). Mais que nem um outro, Martí constituiu-se o maior herói, e jornalista, para os cubanos.

Sua atitude diante do jornalismo caracterizou-se por contradições em aparência: grande parte do seu trabalho definia como “trabalho de ganha-pão, para a honradez de forças... especialmente o mesquinho dessas ocupações, na forma incompleta em que as tenho, me pesa como culpa, e padeço do pouco que faço” (MARTÍ *apud* UREÑA, 1973, p. 9) ; outras vezes, admitia que amava o jornalismo como missão e o repelia como distúrbio (*Id. ibid.*, p. 5) . Distúrbio eram para ele a baixeza e a pequenez filhas da ambição e da ignorância; a demanda por notícias soltas, comentários sem substância, que reduziam suas possibilidades como colaborador: “que maior tormento que se sentir capaz do grandioso e viver obrigado ao pueril”.

O objeto da imprensa, em sua visão, deveria ser conforme escreveu em um de seus artigos:

Não é trabalho da imprensa periódica informar ligeira e frivolamente sobre o que acontece, ou censurar com maior soma de afeto ou de adesão. Cabe à imprensa encaminhar, explicar, ensinar, guiar, dirigir; cabe a ela examinar os conflitos, não estimulá-los com um julgamento apaixonado; não provocá-los com alarde de adesão inconveniente; cabe a ela, enfim, estabelecer e fundamentar ensinos, se pretende que o país a respeite, e, conforme seus serviços e merecimentos, a proteja e a honre. Tem a imprensa periódica altíssimas missões: é a luta fortalecer

e aconselhar. A imprensa não é aprovação bondosa ou ira insultante; é proposição, estudo, exame e conselho (MARTÍ *apud* UREÑA, 1971, p. 45).

La Pátria Libre – Semanario democrático-cosmopolita foi o primeiro jornal, de uma só edição, idealizado por Martí ao lado de Rafael María Mendive, em janeiro de 1869 (curto período sem censura), em que publicou o poema *Abdala* no qual apresenta sua luta pela independência de Cuba e prenuncia sua vitória. Dias antes, havia editado mesmo poema em *El Diablo Cojuelo*.

Seu trabalho foi interrompido quando foi preso, condenado a trabalhos forçados numa pedreira em Havana e, em 1871, exilado para a Espanha, onde escreveu em diversos jornais a fim de criar um ambiente favorável à causa cubana, como em *La Cuestión Cubana*, de Sevilha. Neste jornal, seus artigos se destacavam por enérgica defesa separatista, deixando claro que medidas paliativas não fariam Cuba desistir de seu propósito. Na Espanha, estudou filosofia e direito e influenciou-se por Julián Sanz del Río, tradutor e propagador do trabalho de Karl Krause, humanista alemão contemporâneo de Hegel. A preocupação especial de Martí com a educação – desvelo permanente em Cuba até hoje – acredita-se vir do contato inicial com esta escola de pensamento (GOTT, 2006).

Quatro anos mais tarde, Martí se muda para o México, onde seus pais já viviam exilados, e continuou escrevendo sobre a causa cubana em periódicos, como a revista *Universal*. Seu primeiro artigo foi a respeito de uma tradução de Victor Hugo e os demais, sobretudo tratavam da independência, em tom mais moderado; alguns, entretanto, causaram hostilidade entre os espanhóis residentes no México, o que levou a revista a publicar editorial solidarizando-se com a opinião de Martí. O Apóstolo comentava ainda atualidades literárias, políticas e sociais do México, mas, para isso, assinava com o pseudônimo de Orestes. No país, impressionou-se com o choque entre colonizadores brancos e indígenas, o que o fez tomar consciência do que chamou de Nossa América. Martí percebeu mais claramente a diferença entre o caráter europeu e o americano e criticou com veemência a reprodução de tudo que vinha da Espanha: “As mãos que surgiram de uma terra virgem não foram feitas para aplaudir as decadências de uma terra cansada e moribunda” (MARTÍ *apud* UREÑA, 1971, p.15).

Já na Guatemala, para onde se mudou em 1877, Martí preparou o projeto de uma revista que não chegou a existir, a qual se chamaria *La Revista Guatemalteca*. No mesmo período, escreveu artigos para a revista da universidade em que trabalhava.

O Apóstolo da independência voltou a Havana devido ao Pacto de Zanjón – que deu fim à primeira guerra de independência, também conhecida como Guerra dos Dez anos, em 1878 –, que incluiu uma anistia aos exilados. Todavia, não trabalhou como jornalista. Um ano mais tarde, foi condenado ao exílio novamente, acusado de conspiração. Voltou à Espanha, mas logo se transferiu para Nova York, onde estava sediado o movimento de independência e onde viveu por quinze anos

trabalhando na Segunda Guerra de Independência. Lá escreveu para o *The hour* como crítico de arte. Em viagem à Venezuela, de 1881 a 1889, produziu artigos para o *The Sun* e editou sua primeira revista, a *Revista Venezoelana*, baseada no projeto desenvolvido na Guatemala, mas fechada meses depois (UÑEDA, 1973).

A memorável revista *La Edad de Oro* reuniu em suas quatro páginas poesias, ilustrações, contos e artigos educativos: tudo voltado para crianças. Na primeira de suas quatro edições, publicadas em Nova York em 1889, Martí demonstrava grande preocupação em falar diretamente com os meninos – e com as meninas: “para os meninos é este jornal, e para as meninas, é claro”. A *Ilíada* de Homero, e a história de heróis que lutaram pela independência de países latino-americanos como o argentino San Martín, o venezuelano Simon Bolívar e o mexicano Miguel Hidalgo foram contadas a fim de tornar os personagens conhecidos do público infantil e despertar o interesse das crianças pelo mundo, conforme o próprio Martí escreveu liricamente, em forma de dedicatória, no editorial do primeiro número de *La Edad de Oro*:

Para isso se publica *La Edad de Oro*: para que as crianças americanas saibam como se viveu antes e como se vive hoje na América e nas demais terras; e como se fazem tantas coisas de cristal e de ferro, e as máquinas a vapor, as pontes suspensas, a luz elétrica; para que quando a criança veja uma pedra colorida saiba por que a pedra tem cor, e o que significa cada cor; para que a criança conheça livros famosos em que se contam as batalhas e as religiões de povos antigos. Falaremos a eles de tudo o que se faz nas oficinas, onde acontecem coisas mais raras e interessantes que nos contos de magia, e são magia de verdade, mais linda que a outra: e lhes diremos o que se sabe do céu, do fundo do mar e da terra: e lhes contaremos contos engraçados e histórias de crianças, para quando tenham estudado muito, ou brincado muito, e queiram descansar. Para as crianças trabalhamos porque são as crianças que sabem querer, porque as crianças são a esperança do mundo. E queremos que nos queiram, e que nos vejam como coisa de seu coração.

Ainda de Nova York, continuou colaborando com oito crônicas por mês em *La Opinión Nacional*, da Venezuela, e com outros jornais na Colômbia, Honduras, México, Montevideu e o *La Nación* da Argentina, onde publicou aproximadamente duzentas crônicas aproximadamente. Ainda constam artigos em *La América*, editada nos EUA, embora circulasse em toda a América, e na qual o pensamento de Martí sobre assuntos econômicos e comerciais e o seu americanismo puderam se tornar conhecidos.

Em 1891, Martí renunciou a todas as colaborações e dedicou-se à formação do Partido Revolucionário Cubano. Ao lado de seus colaboradores e visando a difundir as mensagens do partido, o jornal *Patria*, com quatro páginas, editado em Nova York e distribuído via correio todos os sábados, foi fundado em março de 1892. A direção ficava por conta de Martí e o financiamento sob a responsabilidade de tabaqueiros em Tampa, Cayo Hueso e parte da população de Cuba e Porto Rico. Novamente, antiimperialismo e americanismo estavam presentes em suas quatro

páginas que objetivavam alertar e informar os cubanos sobre a guerra e invocar apoio das nações hispano-americanas e do povo estadunidense. Em seu primeiro número, o Apóstolo escreve: “Este jornal nasce na hora do perigo, com o objetivo de contribuir para que suas forças sejam invencíveis pela união, e para evitar que o inimigo mais uma vez vença por culpa de nossa desordem (*apud* MARINO, 2001, p.8)”.

Patria também combateu a anexação de Porto Rico, o escravagismo, o caráter falacioso de uma guerra de raças e tratou de problemas sociais cubanos. Quando Martí morreu, o jornal publicou quase um mês depois da morte do Apóstolo que “não existia mais o apóstolo exemplar, o mestre querido e o abnegado José Martí”. Seu pensamento continua vigente no jornalismo pós-Revolução e a importância desse jornal pode ser ratificada pela escolha do dia da imprensa, em Cuba: 14 de março, o mesmo da fundação de *Patria*.

Neste diário, Martí desenvolve sua idéia do que deveria ser a função de um jornal:

Que não haja uma manifestação da vida cujos diários acidentes não surpreendam o jornalista: – isto é fazer um bom jornal. Dizer o que a todos convém – e não deixar de dizer nada que a alguém possa convir. Que todos encontrem no diário o que possam necessitar e saber. E dizê-lo com uma linguagem especial para cada espécie: – escrevendo em todos os gêneros, menos no fastidioso de Boileau, desdenhando o inútil e vestindo sempre o útil elegantemente. Um jornal deve estar sempre como os correios antigos, com o cavalo ajaezado, o fuste na mão e a espora no calcanhar. Ao menor acidente, deve saltar sobre a sela – sacudir o fuste e sair logo com o cavalo, para que ninguém chegue antes que ele. Deve, resumindo livros, facilitar a leitura aos pobres de tempo – ou de vontade ou de dinheiro (MARTÍ *apud* UÑEDA, 1973, p. 61).

Para Machín (1978), *Patria* cumpre a missão de um periódico conforme Lênin a propôs: não se limitou a difundir idéias, educar politicamente e atrair aliados políticos. Um jornal, segundo Lênin, não é somente um propagandista, mas também um organizador coletivo. Nesse sentido, *Patria* aglutinou e organizou forças em nome da independência cubana. Em seu primeiro artigo no jornal argentino *La Nación*, Martí reitera sua posição, e a do revolucionário russo, diante da imprensa, afirmando: “a imprensa não pode ser mero veículo de notícias, nem simples escravo de interesses, nem escape exuberante e pomposa imaginação” (MARINO, 2001, p.7).

Martí também foi um grande defensor dos negros e da harmonia racial. Afirmou certa vez que antes da solução da questão política, a independência, Cuba precisava de uma solução social, inalcançável sem o amor e o perdão recíprocos entre as duas raças (GOTT, 2001).

2.3. Imprensa Republicana

Depois da ocupação estadunidense na ilha, em 1898, com o objetivo de interferir na segunda guerra de independência iniciada pelos cubanos três anos antes, Cuba se torna refém de

outro imperialismo. Terminada a ocupação, em 1902, restaram a República – chamada de pseudo-República por alguns historiadores cubanos – e a humilhação, metonímia da Emenda Platt, emenda à constituição dos Estados Unidos cujo objetivo era consolidar seu imperialismo sobre Cuba. Para isso, seus sete parágrafos garantiam que a ilha não poderia nem permitir bases estrangeiras em seu território, nem negociar com outros países sem autorização de seu algoz. Todas as finanças deveriam ser supervisionadas pelos Estados Unidos, que poderiam intervir em Cuba quando julgasse necessário. Além disso, segundo seu texto original, todos os atos durante a ocupação militar não poderiam ser questionados e Cuba deveria arrendar ou vender terras para a construção de uma base naval, a fim de permitir aos Estados Unidos se proteger e garantir a permanência da independência do país.

Apesar de vítima da doutrina Monroe reformulada em forma de *Big Stick*, Cuba era formalmente uma República, proclamada em 20 de maio de 1902 pelo governador militar Leonard Wood, que entregou o país ao presidente Estrada, cidadão cubano nascido nos Estados Unidos. Tratava-se, ainda que restrita, de uma conquista legítima, fruto de uma vitória do patriotismo iniciado na primeira guerra de independência em 1868 e de muito sacrifício de “um povo que já possuía uma poderosa consciência política nacionalista de caráter predominantemente popular” (SADER, 2006, p. 371). Todavia, durante quase sessenta anos Cuba continuou uma sociedade colonial, com colonizadores brancos no poder, e sua política foi marcada por gangsterismo, violência incessante, grave corrupção, revoltas militares e intervenção militar dos Estados Unidos, bem como um crescimento econômico e uma determinada prosperidade para uma parcela da população (GOTT, 2006).

Em relação ao jornalismo, publicações de todo tipo foram produzidas: do mais jornal conservador, o *Diario de La Marina* – que circulou por mais de cento e trinta anos representando os espanhóis e os interesses da elite –, ao jornalismo militante que se desenvolveu na legalidade e semi-legalidade, à exceção dos regimes ditatoriais de Geraldo Machado, de 1925 a 1933, e de Fulgêncio Batista, de 1934 à Revolução de 1959 (*Id. ibid.*).

O surgimento do *Diario de la Marina* resultou da mudança de nome, em 1844, de *Noticioso y Lucero*, criado onze anos antes pelo espanhol Isidoro Araújo de Lira. Sempre defendendo interesses oligárquicos, no século XX, passou a ser propriedade da rica família espanhola Rivero (também proprietária de *Avance* e *Alerta*) e funcionou até 1960, quando os donos abandonaram o jornal e o país. Apesar do caráter extremamente elitista e conservador, contribuiu com seus suplementos para a difusão de obras literárias, em particular, Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, publicado semanalmente durante um ano em capítulos de dezesseis páginas cada um.

As idéias marxista-leninistas difundiram-se mais eficazmente na clandestinidade e somente

com força na década de 1930, embora em 1924 o primeiro jornal socialista, *Lucha de Classes*, tivesse sido fundado. *El Trabajador*, nascido em 1931, mais tarde substituído por *Bandera Roja*, configurou-se no órgão do primeiro partido marxista-leninista de Cuba. Também por essa época, quando o militar Fulgêncio Batista tomou o poder em 1934, *El Centinela* era editado visando às células comunistas do Exército e da Marinha de Guerra.

No governo de Charles Magoon (1906-1909), quando começaram as discussões sobre reforma no sistema eleitoral, numerosos veteranos negros (chamados de “homens de cor”) começaram a pensar em formar um partido, insatisfeitos com sua posição na sociedade. Afinal, lutaram a favor da independência, contra a Emenda Platt, e como resposta a seu heroísmo foram privados de suas posições e transformados em párias políticos. Em 1907, Evaristo Estenoz fundou o Partido de Cor Independente. Para defender suas causas, criaram um jornal cujo símbolo era um cavalo representando Xangô, *O Previsión*, no qual passaram a desenvolver o que veio a se chamar de consciência negra.

O jornal atacava a obsessão dos brancos cubanos com a sua origem européia e levantava a questão da herança africana de Cuba, salientando que a Espanha fora colonizada pelos africanos na era muçulmana. Ele reivindicava o abandono da política de imigração só de brancos, e a anulação da imigração negra (GOTT, 2006, p. 144).

O jornal foi recolhido em 1910; Estenoz foi preso, bem como centenas de negros por todo o país, sob a acusação de promover o racismo negro. Jornais de toda a ilha publicaram relatos alarmistas, incitando o temor de uma revolução como a do Haiti, que, depois de uma rebelião escrava, tornou-se o primeiro Estado soberano da América Latina, em 1804. Para *Diario de La Marina*, as prisões em Cuba haviam sido justas, pois os negros estavam ameaçando os brancos e, mais precisamente, as mulheres brancas (*Id. ibid.*). Em decorrência disso, foi criada no congresso a Lei Morúa, proibindo a formação de movimentos políticos a partir de uma base de cor. Assim, o Partido foi também fechado no mesmo ano. Estenoz foi solto no fim de 1910 e dois anos depois lançou um protesto armado para a revogação da lei: contudo, com a intervenção dos Estados Unidos, o protesto foi subjugado e cerca de três mil negros foram mortos. Depois do massacre, quase nunca os negros tomaram parte na política novamente, à exceção do mulato Fulgêncio Batista, “líder revolucionário, presidente eleito, ditador militar e milionário defensor da Máfia” (*Id. ibid.*, p.165).

Em 1925, Julio Antonio Mella, líder estudantil, um dos fundadores do primeiro Partido Comunista Cubano (fundado no mesmo ano), escrevia em *Justicia*, órgão da Agrupación Comunista da cidade de Havana. Mella usava o jornalismo como arma política, o que não significava que sua prosa direta e categórica não tivesse um estilo franco e ameno e possuísse um

agudo sentido crítico, segundo seu biógrafo Éramos Dumpierre (*apud* MACHÍN, 1978). Escreveu sobre diferentes temas, no entanto. Inaugurou a revista *Alma Mater* em 1922, órgão dos estudantes universitários de Havana que, um ano mais tarde mudou de nome para *Juventud*; e em 1923 foi chefe de redação do boletim da Federação Estudantil Universitária (FEU). Trabalhou para diversos jornais militantes e fundou mais três no México, onde morou depois de ser preso por suas atividades revolucionárias em Cuba e por suas incômodas denúncias ao governo de Gerardo Machado, ao imperialismo estadunidense e aos abusos das oligarquias, para citar alguns exemplos de sua luta. Morreu em território mexicano, em 1929, a mando de Machado (MACHÍN, 1978).

A juventude socialista cria *Mella* em 1944, em homenagem ao revolucionário. *Alma Mater* é reeditado em 1952 pela FEU, que passa a editar anos mais tarde o boletim *Trece de Marzo*. Como estes, *La Palabra*, *Massas* e *Mediodia* foram alguns dos periódicos revolucionários que tiveram vida curta: a repressão política os silenciou e seus diretores ou foram presos e mandados para o exílio ou foram para a luta clandestina.

Noticias de Hoy, de 1938, órgão do Partido Socialista Popular, teve grande importância no jornalismo comunista cubano: em etapas semidemocráticas era legalizado, mas sofreu censura, assalto e perseguição por parte da polícia. Fechou em 1953 e ressurgiu em 1959 com o triunfo da Revolução. Durante este espaço de tempo, *Hoy* foi substituído por *Carta Semanal*, que organizava os contatos com os líderes do Partido Socialista Popular e divulgava informações sobre o desenvolvimento do movimento revolucionário em Cuba e no mundo. *Hoy* foi editado por Joaquín Ordoqui, assim que o Partido Comunista teve permissão para atuar legalmente, e certa vez publicou: “as pessoas que estão trabalhando para derrubar Batista já não estão mais agindo em nome dos interesses do povo cubano”. A aliança entre os comunistas e Batista fazia-se compreensível nas circunstâncias da época; entretanto, até muito depois de 1959, aviltavam o Partido Comunista acusando-o de deslealdade (GOTT, 2006).

Também no final dos anos 1930, o Congresso dos Estados Unidos investiu mais de dez milhões de dólares no “Escritório de Coordenação Comercial e Cultural”, cujo diretor era Nelson Rockefeller. O projeto visava a fazer uma ampla campanha baseada em filmes, subvenções a jornais e revistas latino-americanos:

Naquela ocasião, a imprensa latino-americana aderiu ao imperialismo ianque. A alienação produziu um entorpecimento que impedia que os beneficiados reconhecessem seu próprio distanciamento. Os jornais que buscaram uma postura crítica tiveram vida precária ou clandestina (BENITEZ, 1990, p. 11).

A conquista de mais capital era o propósito das sociedades mercantis proprietárias dos grandes órgãos de imprensa. Assim, o *Diario de la Marina*, *Información*, *El Crisol*, *Prensa Libre* serviam às famílias Rivero, Barletta e Mestre, respectivamente. Para Benitez (1990), essas

publicações prestavam-se aos interesses das empresas privadas nacionais e estrangeiras, à oligarquia nativa e internacional, ao governo do momento, ao imperialismo estadunidense.

Os ricos, os latifundiários, os patrões, além do direito, têm o modo prático de agir, têm o capital suficiente para montar grandes rotativas, para importar papel, para contratar os serviços de agências estrangeiras de notícias, para pagar telefonemas e telegramas de seus correspondentes, para pagar aos jornalistas que mais brilhante e atrativamente saibam fazer a propaganda de seus interesses e defender o sistema latifundiário burguês semicolonial (ROCA *apud* BENITEZ, 1990, p. 12).

Ainda segundo Benitez (1990), tudo se ajustava aos interesses da empresa: por meio dos editoriais, em razão do conteúdo anticubano nos jornais,; pelo abandono dos interesses culturais e pela inexistência de propósitos educativos ou de superação cultural, e pela exploração da imprensa marrom. Isto quer dizer que eram jornais de circulação de massa competitivos, sensacionalistas e muitas vezes antiéticos. *Son los Mismos* e *El Acusador*, de maneira oposta, contrapunham do mesmo modo o poder e contavam com artigos do hoje Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros do Governo Revolucionário, Fidel Castro.

De início, somente *Son los mismos* era editado. No entanto, Fidel sugeriu a criação, em junho de 1953, de *El Acusador* (e o título, por considerar um nome de mais garra) e convenceu os outros companheiros a pararem de editar os dois jornais para se dedicarem somente ao novo, que não era suficiente:

Temos muito a dizer, muito há que denunciar e são muitos a captar! A linha consiste em juntar gente jovem, sem os vícios da política! (...) *El Acusador* não será suficiente. Precisamos de um programa de rádio para propaganda. Não importa que as emissoras não cedam seus horários. Os recursos dependem do esforço, da dedicação e da tenacidade... Vamos criar nossos meios. Derrotar, pela violência, partindo da base popular, as baionetas (CASTRO *apud* FURIATI, 2001, p.178).

Fidel escrevia em *El Acusador* com o pseudônimo de Alejandro e o exemplar era vendido a cinco centavos. Sua tiragem variou de quinhentos exemplares, na primeira edição, a dez mil. Seus artigos tratavam de problemas em Cuba, mas seu real objetivo era desfigurar o regime de Batista. Logo, agentes do ditador descobriram onde *El Acusador* era impresso, fecharam o jornal e prenderam responsáveis, soltos após interrogatório e coleta de impressões digitais. Sob o pseudônimo de Alejandro, Fidel também escreveu para o jornal universitário *Alma Mater* (FURIATI, 2001).

Como porta-voz de Fidel, funcionava o vespertino *La Calle*, dirigido por Luiz Orlando Rodríguez. Durante o ano de 1955, e apesar do déficit e da eterna ameaça de fechamento, até o triunfo da Revolução, Fidel comparecia todas as tardes à redação para escrever – à exceção dos

domingos, em que não havia edição (FURIATI, 2001).

Fidel escreveu também em *Bohemia*, a revista semanal mais antiga ainda em circulação, fundada em 1908. Vendia em torno de duzentos mil exemplares e diz-se que tenha alcançado milhão de exemplares vendidos, nos anos 1940 e 1950, auge também das revistas ilustradas nos Estados Unidos, como a *Life*, e no Brasil, como *O Cruzeiro*. Fundada por Miguel Angel Quevedo, *Bohemia* era vendida por toda a ilha, estendendo sua distribuição ao mercado estrangeiro. Em 1927, seu filho de mesmo nome torna-se o diretor e propõe mudanças de conteúdo, agora mais amplo, cobrindo toda a sorte de atualidades em Cuba e no mundo. Entre os principais fatos de sua cobertura, destaca-se a vitória de Fulgêncio Batista em Cuba, o começo da Segunda Guerra Mundial e a vitória da Revolução Cubana em 1959.

Apesar de declarar alguns artigos impublicáveis, *Bohemia* permitiu que saíssem alguns textos de Fidel Castro nos anos 1950. Além disso, intercedeu junto ao governo Batista por meio do chamado Bloco Cubano de Imprensa, do qual faziam parte o *Diário de la Marina*, *El País*, *Avance*, *Prensa Libre*, *Alerta*, *El mundo e Bohemia*, para a libertação dos presos do assalto ao quartel La Moncada, em Santiago de Cuba – a primeira tentativa, em 26 de julho de 1953, de acabar com o regime de Fulgêncio Batista, que levou preso Fidel Castro – na época advogado, militante político pelo Partido do Povo Cubano (ortodoxo) e líder de um movimento que veio a ser batizado com o nome da data do assalto (FURIATI, 2001; SADER, 2006).

Por mais que a revista tenha dado espaço ao Movimento Revolucionário 26 de julho (MR-26-07) e à organização para a luta armada popular fundada por revolucionários (que participaram do fracassado assalto ao quartel La Moncada) – e apesar de em várias ocasiões anteriores a 1959 ter sido censurada pelo governo do momento –, não se pode negar seu tom liberal: em 1956, por exemplo, desconfia de Fidel Castro e faz coro à imprensa conservadora que denunciava o líder como representante de um movimento com apoio estrangeiro contra a “nação”. Em artigo intitulado “A Pátria não é de Fidel”, *Bohemia* expõe as dúvidas sobre o que Fidel poderia fazer com o dinheiro que os emigrantes cubanos estavam lhe destinando (FURIATI, 2001).

Apesar de os anos 1950 constituírem um período fértil para mudanças nas técnicas do jornalismo – desde os anos 1930 baseadas na escola estadunidense, segundo a qual, para citar o exemplo mais conhecido, se deve concentrar as informações mais importantes no primeiro parágrafo das matérias (*lead*) – o fato de ele não ser um instrumento cujo objetivo é satisfazer necessidades sociais, mas sim solucionar negócios privados, trouxe, como consequência, a multiplicação de meios de comunicação, de acordo com Benitez (1990). Na década de 1950, havia 142 jornais e revistas, 135 estações de rádio, seis canais de televisão e 13 jornais cinematográficos, nacionais e estrangeiros. Da mesma maneira, este se constituiu como o maior período de distanciamento dos interesses populares: “Batista, amigo íntimo de Nelson Rockefeller,

concedeu-lhe privilégios para roubar e explorar, como retribuição à sua medrosa docilidade” (BENITEZ, 1990, p.14).

Pesquisas feitas pós-Revolução contabilizaram que o volume da imprensa em Cuba chegava a aproximadamente 60 milhões de pesos, dos quais 40 milhões correspondiam a anúncios e o restante a negócios ilícitos, apadrinhamentos e incentivos.

As contradições nacionais e internacionais que permeavam esse estado de coisas, soterradas e mudas no começo, tornaram-se agudas e terminaram por explodir. A imprensa burguesa quebrou, transtornada e decomposta no meio de suas façanhas. Sob a influencia da Revolução triunfante abriu-se então o pórtico das possibilidades da cultura e da informação como atores de desenvolvimento e iniciou-se a conquista popular dos meios de comunicação. O jornalismo adquiriu sua dignidade (BENITEZ, 1990, p. 14).

Em contraposição a tais veículos chamados de burgueses por Benitez e muitos jornalistas e historiadores cubanos, existia a imprensa revolucionária representada por *Vanguardia Obrera*, visando à organização e propaganda entre os trabalhadores, *Sierra Maestra* e *Revolución*, jornais mantidos pelo Movimento Revolucionário 26 de julho. Depois do desembarque do *Granma*, pequeno iate conseguido com fundos arrecadados no México, em 2 de dezembro de 1956, o Movimento 26 de julho editou o *Boletín Informativo*, que logo saiu com o nome de *Últimas Notícias* e, mais tarde, transformou-se no *Sierra Maestra*, editado até hoje, cujo título deu-se em homenagem às montanhas no Oriente de Cuba que se tornaram abrigo para o Exército Revolucionário na luta contra a ditadura de Batista.

Revolución também surgiu a partir de dezembro de 1956 e circulou desde a chegada do *Granma* até depois da Revolução. Bateu recorde de tiragem na greve geral de 9 de abril de 1958, convocada pelo Exército Rebelde para acelerar a queda de Batista: milhares de exemplares passaram de mão em mão por todo o país.

Ao mesmo tempo, também de *Sierra Maestra*, o comandante Ernesto Che Guevara dava vida ao *Cubano Libre*:

Era a continuação de um jornalismo beligerante, e por isso essencialmente crítico, que começou com as primeiras censuras de imprensa (...). Era um jornalismo herdeiro da imprensa panfletária, que tinha culminado em *Patria*, dirigido por Martí, herdeiro da imprensa operária e comunista, revolucionária (“...”) (BENITEZ, 1990, p. 128).

Em *El Cubano Libre*, o mesmo nome do jornal fundado por Céspedes e reeditado por Maceo, bem como em *Verde Olivo*, publicação das Forças Armadas Revolucionárias, Che escrevia, depois de 1959, sobre suas viagens, a Revolução e sobre política externa, na condição de representante de Cuba no exterior. Muitas vezes, no entanto, assinava com o pseudônimo de *El*

Francotirador. Por sua vez, sob o comando de Raúl Castro, a Segunda Frente “Frank País” (uma das frentes guerrilheiras criadas por Fidel Castro em 1958 para tomar as cidades do Oriente de Cuba durante a Revolução Cubana) criava *Surco*, inspirado nos mesmos princípios revolucionários. Também sob as ordens de Che, imprimiam-se *Ciro Redondo*, *Patria* (órgão do exército rebelde) e *Milicianos* (órgão das milícias do Movimento 26 de Julho).

Essa imprensa revolucionária, assim como os jornais murais espalhados pelas escolas e fábricas do país, esteou a criação do espírito combativo de massas, colaborando de maneira decisiva para o triunfo da Revolução em 1º de janeiro de 1959, quando Batista fugiu do país com sua família e fortuna.

O papel da imprensa neste período em Cuba foi determinante tanto para a subjugação da colônia – com a contribuição de jornais como *Diario de La Marina*, representantes dos interesses espanhóis e, mais tarde, estadunidenses – quanto para a conquista da independência em 1898 e da soberania e dignidade em 1959 para a qual também contribuíram publicações liberais como *Bohemia*, *Prensa Libre* e *El mundo*. Pode-se ainda dizer que a percepção do papel central dos meios de comunicação na formação da cultura de uma sociedade alicerçou a construção de um diálogo com o povo cubano, base de sustentação do regime socialista até os dias de hoje.

3- Imprensa escrita pós-Revolução

Neste capítulo tratarei das principais mudanças da imprensa escrita em Cuba após a Revolução de 1959. A partir deste ano, transformaram-se na ilha a forma de fazer jornalismo, que recorreu à antiga imprensa panfletária da época dos grandes heróis da história do país, bem como as relações de produção e o pensamento da sociedade:

Em um país da América Latina, começou a se criar uma nova maneira de viver e uma nova sociedade. O tempo se tornou denso e se transformaram as idéias, as crenças e os sentimentos a respeito de toda a vida cívica e de grande parte da vida cotidiana. Os antigos donos de Cuba foram expropriados e o povo perdeu o respeito pela propriedade privada. As pessoas se apoderaram do país, aprenderam a se encarregar de seu funcionamento e a viver nele de outra maneira, e tiveram acesso aos bens materiais disponíveis ao mesmo tempo que assumiriam a dignidade humana, a palavra escrita e o maior controle sobre a própria vida. Começou-se a edificar uma pacificação da existência (SADER, 2006, p. 375).

A análise deste período inicial de transformações na sociedade cubana faz-se premente, uma vez que seus fundamentos ideológicos permanecem os mesmos, bem como houve poucas mudanças em sua legislação e em sua forma de governo desde a vitória revolucionária. Considerando estes fatores, procurarei versar sobre como tais mudanças afetaram a imprensa escrita e apresentarei uma visão geral do funcionamento dos principais jornais e a agência de

notícia internacional cubana nestes quase cinquenta anos de Revolução.

Assim, uma outra classe – os trabalhadores que lutaram ao lado dos jovens líderes de Sierra Maestra – tomou o poder e a burguesia perdeu seus direitos e se auto-exilou nos Estados Unidos. Para garantir a sobrevivência desta Revolução e assegurar a continuidade da sociedade socialista que viria a se formar (intitulada inicialmente de “democracia de trabalhadores”) era preciso exercer a hegemonia do Estado sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado – composto pela escola, pelas leis, pelo sistema político, sindical e pela imprensa, entre outros (ALTHUSSER, 1998). Conseqüentemente, o antigo sistema político foi destruído, houve uma profunda reforma na educação e os meios de comunicação se tornaram estatais (ou vinculados ao Estado de alguma maneira) a partir do início dos anos 1960, quando finalmente foi declarado o caráter socialista da Revolução e foram rompidas todas as alianças que viabilizaram a tomada do poder.

A imprensa escrita no país hoje herdou um pouco da influência russa, exercida na sociedade cubana sobretudo nos anos 1970, no sentido de os principais jornais serem atrelados a instituições: ao Partido Comunista, à juventude comunista e ao sindicato dos trabalhadores. Contudo, em relação às técnicas, a escola seguida é a estadunidense, que prega a organização das principais informações da matéria no primeiro parágrafo chamado de *lead*. Embora com influência teórica de Lênin, conforme afirma Benitez (1990), a imprensa pós-Revolução procurou manter-se associada ao jornalismo de opinião do século XIX, e referida ao herói cubano José Martí, a fim de criar as condições para a manutenção da sociedade socialista vigente até hoje.

3.1. Primeiras mudanças

Os meios de comunicação de grande circulação, representantes da ideologia dominante, como o *Diario de la Marina*, tencionando sua sobrevivência, fizeram concessões aos revolucionários do Movimento 26 de Julho: este, para existir, precisou do apoio e financiamento dos mais diferentes setores da sociedade, como da Igreja, da burguesia, de políticos do governo e da oposição, inclusive dos Estados Unidos. Depois de primeiro de janeiro de 1959, tais publicações optaram por saudar a vitória revolucionária, criticando, no entanto, sua possível conotação socialista ou comunista.

Fidel Castro, líder da Revolução, nomeou como presidente um opositor de Batista, Manuel Urrutia – conforme havia prometido em Sierra Maestra –, e como primeiro-ministro, José Miró Cardona, advogado e também líder de oposição contra o ditador. Fidel passara de chefe do Exército Rebelde para chefe das Forças Armadas, sob o título de Comandante-em-Chefe Militar, daí a ser chamado de Comandante-em-Chefe por muitos cubanos até hoje. As primeiras mudanças incluíam redução dos aluguéis, proibição de despejo, diminuição do preço da telefonia e dos

remédios e a Reforma Agrária. O novo governo julgava e punia, muitas vezes com pena máxima de fuzilamento, centenas de policiais, torturadores e antigos colaboradores de Fulgêncio Batista – fato motivador de muito repúdio dentro e fora do país (GOTT, 2006, p.193). A Reforma Agrária foi um ponto crítico no relacionamento dos Estados Unidos com Cuba: assim, com apenas seis meses de Revolução, o Conselho de Segurança Nacional do governo Eisenhower (1953-1961) havia decidido que esta deveria ser derrubada (GOTT, 2006).

No entanto, a imprensa não careceu de leis que a estatizasse ou a controlasse: jornais, rádios e canais de televisão permaneceram nas mãos de seus donos por dois anos – tempo em que a maior parte deles fazia campanhas contra a guinada socialista no país, contra as expropriações e contra os fuzilamentos. Contudo, às sextas-feiras, em geral às oito da noite, Fidel Castro passava mais de oito horas com um grupo de jornalistas no canal nacional de televisão debatendo as críticas à Revolução (MORAIS, 1978).

Os jornais, ainda nas mãos de seus proprietários, não combatiam frontalmente a lei de Reforma Agrária e outras medidas revolucionárias a fim de não destoar muito da euforia da população e, dessa maneira, perder leitores; não obstante, como representantes das elites, reclamavam compensação “justa” para os proprietários de terras e de grandes edifícios, segundo Benitez (1990, p. 18). De acordo com Moraes (1978, p. 73), no entanto, desde o início os proprietários faziam campanhas contra as novas leis.

Quando os pronunciamentos dos empresários dos órgãos de imprensa adquiriam matizes evidentes contra a Revolução, os linotipistas, gráficos e jornalistas manifestavam publicamente seu rechaço ao determinado artigo. Surgiu, assim, a chamada *coletilla* (pé-de-página), caracterizada por uma nota que os funcionários inseriam ao fim do artigo demonstrando seu descontentamento:

Esta informação (ou este artigo ou comentário) é publicada pela vontade desta empresa jornalística, no uso legítimo da liberdade de imprensa existente em Cuba, mas os jornalistas e os operários gráficos deste centro de trabalho expressam, também, no uso desse direito, que o seu conteúdo não se ajusta à verdade nem a mais elementar ética jornalística (BENITEZ, 1990, p. 20).

Os donos dos veículos de comunicação clamaram então pela “liberdade de expressão”, alegando que a *coletilla* constituía um constrangimento moral e uma violação da liberdade de informação. Reclamaram ainda o respeito ao privilégio de orientar a opinião pública, de acordo com os interesses individuais inerentes à propriedade privada sobre os meios de comunicação. Benitez cita Lênin para justificar tal atitude dos donos de jornal (1990, p. 8): “Os capitalistas denominam liberdade de imprensa a liberdade de suborno da imprensa pelos ricos, a liberdade de utilizar a riqueza para fabricar e falsificar a opinião pública.”

Diario de La Marina, *Avance* e *Prensa Libre* publicavam declarações de exilados políticos em Miami e no Caribe que reivindicavam eleições e o fim da violência no país. Em *Prensa Libre*,

chegou-se a divulgar um editorial em que os donos defendiam a manutenção dos vínculos com os Estados Unidos: “Defendamos o nosso, mas sem menosprezar os norte-americanos, vinculados a nossa República pela geografia, pela vocação democrática, pela história (...)”. Com os funcionários cada vez mais posicionados contra seus patrões, Fidel Castro pediu aos primeiros que tentassem uma solução harmônica, embora deixasse clara a sua posição: “Eles publicam o que querem e vêm dizer que aqui há censura? Isto é parte de um plano de difamação internacional para gestar as condições de agressão.” (*apud* FURIATI, 2001, p. 421).

Logo em março de 1960 começaram as operações de sabotagens financiadas pela CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) e empreendidas por exilados: um navio belga explodiu no porto de Havana e plantações de açúcar foram queimadas, para citar dois exemplos. As refinarias estadunidenses instaladas em Cuba – *Texaco*, *Shell* e *Standard Oil* – foram pressionadas a não refinar o petróleo importado da URSS e, em consequência disso, o governo confiscou o patrimônio destas três empresas. Em agosto do mesmo ano, Fidel assinou a lei número 851 estabelecendo a nacionalização de todas as propriedades estadunidenses. Finalmente, em janeiro de 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba (FURIATI, 2001, p. 430, 437).

A Reforma Agrária e a aproximação de Cuba com a União Soviética também contribuíram para tal rompimento. Os soviéticos, que haviam cortado relações com a ilha no golpe de Batista, em 1952, voltaram a negociar em 1960, quando firmaram acordos, como um pacto no qual se assegurou que cinco milhões de toneladas de açúcar seriam comprados de Cuba por cinco anos.

A partir da tomada de tais medidas consideradas “comunistas”, muitos jornais, estações de rádio e de televisão tinham sido abandonados por seus proprietários. Os Estados Unidos declararam um bloqueio econômico contra Cuba em 1960 e, em abril do ano seguinte, cubanos exilados no país vizinho (treinados pela CIA) invadiram a Baía dos Porcos e foram esmagados em três dias pelas Forças Armadas Revolucionárias. Dois dias antes da invasão, não obstante, Fidel declarara o caráter socialista da Revolução: “É isso o que eles não podem perdoar, que nós tenhamos aqui, bem debaixo do nariz deles, feito uma revolução socialista” (FIDEL *apud* GOTT, 2006, p. 221).

Em seguida a tal anúncio todos os donos de jornal abandonaram de vez suas propriedades e iniciou-se a tomada das publicações por seus funcionários e a estatização das empresas: “Muitos dos donos de jornais chegaram a declarar, antes de partir, que pretendiam voltar logo ao país, imaginando que os Estados Unidos – àquela altura já em choque total com Cuba – fossem derrubar Fidel Castro em pouco tempo.” (MORAIS, 1978, p. 74).

Diario de la Marina e outras publicações consideradas fascistas foram fechadas; outras somente mudaram a linha editorial. As agências de notícias estadunidenses, por sua vez, iniciaram

uma campanha na qual acusavam a Revolução de confisco dos órgãos de imprensa, e tal versão ainda é a mais difundida pelos jornalistas ditos independentes, exilados em Miami, em suas rádios, jornais, revistas e em páginas da Internet elaboradas nos Estados Unidos (BENITEZ, 1990, p. 19, 20, 21).

O dono da revista *Bohemia*, Miguel Angel Quevedo, abandonou-a de forma trágica, deixando uma carta de suicídio até hoje utilizada pela imprensa auto-intitulada independente - formada por cubanos residentes em Miami e que mantêm, entre seus meios de comunicação, diversas páginas eletrônicas na Internet - como documento contra a Revolução. Na carta, de agosto de 1969, o dono – que era contra Batista e apoiou os revolucionários publicando, por exemplo, um manifesto da Sierra Maestra – afirmou com ressentimento que se matou porque Fidel Castro e os revolucionários de Sierra Maestra o enganaram:

Oxalá minha morte seja fecunda. E obrigue a meditação. Para que os que possam aprender a lição. E que os jornais e os jornalistas não voltem a dizer jamais o que as turbas incultas e desenfreadas querem que eles digam. Para que a imprensa não seja mais um eco da rua, mas sim um faro de orientação para essa própria rua. Para que os milionários não dêem mais seu dinheiro a quem depois lhes tira tudo. Para que os anunciantes não encham de poder com seus anúncios e publicações tendenciosas, semeadoras de ódio e de infâmia, capazes até de destruir a integridade física e moral de uma nação ou de um desterro. E para que o povo se reabilite e repudie esses porta-vozes do ódio, cujos frutos temos visto que não podiam ser mais amargos.

O ano anterior à carta, 1968, destacou-se por intensa movimentação em Cuba e em diferentes partes do mundo: foi o ano em que um movimento conhecido como Primavera de Praga, conduzido pelos reformistas do Partido Comunista da Tchecoslováquia, sob a liderança de Alexander Dubcek, flexibilizou o stalinismo e garantiu a ampliação da liberdade e dos direitos civis do cidadão (HOBSBAWM, 2006); na França, uma série de greves de estudantes tomou as ruas culminando numa greve geral em maio deste ano; manifestações contra a guerra no Vietnã ocorriam nos Estados Unidos; no México, houve um massacre de estudantes nas ruas da capital. Em Cuba, o que restava do setor privado foi tomado pelo Estado, afetando diretamente Quevedo, dono da revista *Bohemia*. Em pouco tempo, nenhum negócio privado funcionava no país, à exceção de poucas fazendas privadas, proprietários de caminhão de frete e motoristas de táxi.

Outro motivo de insatisfação e centelha para ataques de muitos opositores foi o apoio de Fidel Castro à ação das tropas soviéticas na Primavera de Praga. Diante da política de alinhamento, entre Estados Unidos e União Soviética, em voga desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e diante da iminente ameaça estadunidense, Cuba havia feito sua escolha como questão de sobrevivência: a 145 quilômetros de Miami, a ilha socialista talvez não sobrevivesse sem apoio soviético. Fidel discursou na televisão dois dias depois da invasão das tropas russas em Praga condenando as reformas de Dubcek e, entre as críticas, o líder cubano destacava a onda liberal que

havia tomado Praga como uma certa forma burguesa de liberdade de imprensa: “Isto quer dizer que a contra-revolução e os exploradores, os inimigos por excelência do socialismo, receberam o direito de falar e de escrever livremente” (Fidel Castro *apud* GOTT, 2006, p.268).

Para Furiati (2001, p.505), Fidel tomou partido da União Soviética em relação à intervenção militar, mas com ressalvas, como “um bom piloto, ao enxergar a tempestade, fez uma manobra no ar e preparou o pouso”: “Aceitamos a amarga necessidade que exigiu o envio dessas forças à Tchecoslováquia. O que não caberia aqui é dizer que a soberania do Estado tcheco não foi violada” (Fidel Castro *apud* FURIATI, 2001, p.505).

Novamente, tal posicionamento causou a fúria dos opositores. Para muitos que apoiavam a Revolução e eram partidários do não-alinhamento, a defesa da invasão soviética foi um golpe, em especial para quem havia votado no Comitê de Justiça de Cuba a favor da idéia de que a ilha seria uma alternativa socialista ao comunismo da URSS. A invasão da Tchecoslováquia foi o fim do movimento comunista internacional e de qualquer tipo de internacionalismo socialista ou social-revolucionário: tornou-se comum, inclusive, países alinhados criticarem publicamente a URSS e adotarem medidas que vinham de encontro às de Moscou (HOBSBAWM, 2006, p.436). Nesse movimento de desestalinização e necessidade de reforma ou mudança no sistema econômico de planejamento central do tipo soviético, mediante o crescimento considerável das economias não socialistas (*Id. Ibid.*, p.389), os cubanos seguiam o fluxo contrário: “voltaram-se para a União Soviética, fonte de inúmeros conselheiros, de muita tecnologia nova e de montantes aparentemente ilimitados de dinheiro” (GOTT, 2006, p.270).

Quevedo se considerava um desiludido em relação a todas as novas mudanças realizadas em Cuba e deixava isso claro em sua carta:

Culpados fomos todos. Os jornalistas que enchiam minha mesa de artigos demolidores, arremetendo-se contra todos os governantes. (...)
Não importa quem fosse o presidente. Nem as coisas boas que estivesse realizando a favor de Cuba. Havia que atacar-los, e havia de destruir-los. O mesmo povo que os elegia pedia a gritos suas cabeças em praça pública. (...)

De fato, não havia mais espaço para este tipo de imprensa cujo discurso é o de fiscalização e oposição a todos os governos. A população apoiava a Revolução e, mesmo que Quevedo criticasse tal apoio em sua missiva, considerando cegos os trabalhadores, as publicações deveriam mudar a postura e deveriam tornar-se, como *Bohemia* sempre se orgulhou em ser, o eco das ruas. De forma análoga, não caberia a estes veículos destruir um governo que não agradasse aos seus donos ou à classe social a que eles pertenciam.

O repúdio à guinada soviética em Cuba surgia com força no meio cultural cubano, em especial no cinema, quando em 1961 o Conselho Nacional de Cultura (CNC) censurou um documentário. No que concerne à imprensa, a edição do suplemento cultural intitulado *Lunes de la*

Revolucion do jornal *Revolución*, antes órgão do Movimento 26 de Julho e agora do próprio governo, havia sido cancelada. O caderno tratava de psicanálise, existencialismo e marxismo; entretanto, a Comissão de Orientação Revolucionária, liderada pelo veterano comunista Aníbal Escalante, e o CNC condenaram o suplemento sob o argumento de haver um diletantismo pequeno-burguês em suas páginas. Assim, promoveu-se um debate entre cerca de 300 intelectuais no auditório da Biblioteca Nacional na presença de Fidel Castro que, depois de ouvir as partes, ressaltou sua visão de que a cultura em Cuba deveria ser a manifestação de uma ideologia política:

Significa que dentro da Revolução existe tudo; contra a Revolução, nada... O artista mais revolucionário deverá estar disposto a sacrificar até mesmo a sua própria vocação pela Revolução. Mas escritores e artistas que não são revolucionários devem ter a oportunidade e a liberdade de se expressarem, dentro da Revolução (CASTRO *apud* FURIATI, 2001, p.448).

A fronteira entre dentro e fora é motivo de questionamento até hoje; contudo, os meios de comunicação são ainda instrumentos de diálogo com a população e para defender a Revolução acima de tudo. Em 1966, Fidel destaca tal função e utiliza como defesa o conceito marxista de destruição do Estado, ressaltando mais uma vez o caráter proletário da Revolução:

A Revolução tem também os seus direitos, e o primeiro é o de existir... Há outro que, creio, ninguém discute: é o direito que o governo tem de exercer essa função, revisar os filmes que se exibem para o povo. Mas se alguém se preocupa tanto, que tenha paciência, pois chegará o dia em que o Estado não existirá (FURIATI, 2001, p. 503).

Contrariando muitos autores, o direito de “propriedade intelectual” já havia sido abolido em Cuba sob a alegação de que qualquer conhecimento é patrimônio da humanidade. Mais uma vez diante das críticas de dirigismo cultural e da implantação do modelo soviético no país, e da possibilidade de escasseamento de grandes nomes nas artes cubanas, Fidel interferiu numa discussão em um congresso, em abril de 1971:

Digam-me: tem algum cabimento? Escritores revolucionários olhando, de Paris, os demais cubanos como aprendizes, pobrezinhos e infelizes, por não terem fama internacional? (...) Aqui terão lugar, sem meias-tintas ou panos quentes, apenas os revolucionários. Já sabem, senhores intelectuais burgueses, agentes da CIA e do imperialismo... Livros que se publiquem aqui, o papel que se imprima, o espaço de que dispomos, estão a serviço da educação. (...) Nossa avaliação é política. Não pode haver estética contra justiça, contra o bem-estar, contra a liberação, contra a felicidade do homem. Por isso, no campo da cultura, temos que promover amplamente a participação das massas! (CASTRO *apud* FURIATI, 2001, p.514).

Os rebeldes no poder continuaram, assim como no Movimento 26 de Julho, a lançar mão

do discurso de seus libertadores históricos Bolívar e José Martí e à tradição antiimperialista e social-revolucionária da esquerda pós-1917 (HOBSBAWM, 2005, p.427). A Reforma Agrária, a estatização das propriedades e, com isso, a desconfiança estadunidense de um viés comunista na Revolução, levaram à decisão tomada pelos Estados Unidos de derrubar Fidel Castro e os outros revolucionários. Conseqüentemente, diante da ameaça ianque, de uma política de alinhamento da Guerra Fria e, sobretudo, da proximidade histórica e geográfica de Cuba com este país e do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, a ilha caminhou em direção à União Soviética. Tais razões resultaram na expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962, sob pressão estadunidense: à esta época, pouco depois da invasão dos Estados Unidos na Baía dos Porcos, a URSS sob a justificativa de proteção da ilha instalou mísseis em Cuba, fato que quase desencadeou uma guerra nuclear.

Assim, os meios de comunicação tratavam agora de continuar o trabalho da imprensa revolucionária de antes, de mobilização, de educação e de defesa do seu território, com a vantagem de não mais haver jornais na ilha que servissem para defender quaisquer outros interesses não fossem os da Revolução. Os donos haviam perdido seu lugar por abandono e pelo desenvolvimento de uma política cultural cujo objetivo era a defesa de conquistas do novo regime, que não eram poucas:

Milhares de pessoas tiveram de aprender a executar os processos de produção e direção em todos os escalões e entender a economia. Elevaram-se os salários, aboliram-se os aluguéis e assumiu-se o princípio de que a moradia pertencia a quem nela vivia; destinaram-se vultosos recursos aos serviços sociais e à melhoria da situação dos mais pobres. Em 1961, concluiu-se a campanha de alfabetização, uma gigantesca proeza cultural, em cujo processo se educaram mutuamente alunos e professores; em cinco anos, eliminou-se o desemprego. Ante as dificuldades, a Revolução assumiu o princípio socialista de “comida igual para todos”; regularizou-se a distribuição de alimentos e outros produtos básicos a preços subsidiados (SADER, 2006, p.374/5).

3.2. Agência de notícias Prensa Latina

Ante a compreensão da função dos meios de comunicação como instrumentos de fundamental importância para a difusão de idéias e organização social, e em virtude da urgente necessidade de defesa contra uma enxurrada de notícias internacionais a respeito da Revolução, Ernesto Che Guevara, ainda de Sierra Maestra, planejava a fundação de uma agência de notícias latino-americana.

Agências de notícias são empresas especializadas em coletar informações de

interesse jornalístico dispersas, formatá-las como notícia e redistribuí-las para assinantes – veículos de imprensa que são seus clientes comerciais e pagam para ter direito a publicar o material recebido. Existem agências segmentadas por tema (economia, meio ambiente, ciência...) ou por local (como no caso de agências estatais que divulgam atos oficiais de um país) (AGUIAR, 2007, p.18).

Reunir informações e redistribuí-las em forma de notícias constitui, como as outras, a função da agência cubana: seu conteúdo e seu foco, no entanto, diferem das agências mais conhecidas e utilizadas. Embora cubra todos os continentes e tenha correspondentes fixos em Angola, China, Rússia, Espanha, Vietnã e dois representantes responsáveis por notícias das Nações Unidas, a América Latina constitui a maior preocupação da Prensa Latina. Fundada em junho de 1959, apenas seis meses depois da vitória da Revolução, por Che Guevara e Jorge Ricardo Masetti, destaca-se sobretudo pela cobertura dos episódios cubanos.

Cinco meses antes de seu surgimento, realizou-se em Havana uma Conferência de Imprensa em que, resgatando o pensamento de Martí, Fidel Castro lamentou na presença de mais de quinhentos fotógrafos e jornalistas do mundo inteiro que a América Latina tivesse de se contentar com o que a Europa e os Estados Unidos pensavam dela. Declarou a urgência, portanto, de uma agência própria a fim de os latino-americanos não serem mais “vítimas da mentira” (*apud* BENITEZ, 1990, p.69). A sessão foi chamada de Operação Verdade.

A Agência Prensa Latina foi reconhecida em junho de 1976, no primeiro congresso latino-americano de jornalistas, realizado na Cidade do México, como “uma resposta revolucionária ao monopólio da informação exercida pelas agências noticiosas transnacionais a serviço da política externa do governo dos Estados Unidos e dos interesses de seus aliados e colaboradores” (BENITEZ, 1990, p.69). De acordo com essa resolução, Prensa Latina já proporcionou jornalistas mártires à história da libertação deste continente, como um de seus fundadores e primeiro diretor, Jorge Ricardo Masetti, que, após passar pela agência, morreria em seu país, a Argentina, como comandante de uma guerrilha na província de Salta, e como Luis Nelson Martirena, jornalista uruguaio assassinado pela ditadura fascista no país (BENITEZ, 1990).

Justamente por ser uma voz dissonante no monopólio da informação das grandes agências de notícias, especialmente as estadunidenses, Prensa Latina pode ser considerada “mídia alternativa” porque “busca apresentar uma leitura dos acontecimentos independentes de suas correlatas norte-americanas e européias” (SADER, 2006, p.680). Esta, embora vinculada ao Estado – visto que em Cuba não existe propriedade privada dos meios de comunicação, o que absolutamente não quer dizer que todos sejam órgãos estatais e destinados à oficialidade – constitui-se uma Sociedade Anônima e consegue seus próprios recursos para a manutenção de suas publicações sem a ajuda do governo cubano, ainda que esteja a favor deste.

Portanto, Prensa Latina não se trata, como alguns jornalistas internacionais confundem e

como a mídia “independente” ou “contra-revolucionária” a considera, de uma agência de notícias nacionais, como a Agência de Informação Nacional (AIN), criada em abril de 1974, cujo propósito é emitir informações e organizar a cobertura da imprensa nacional nos atos oficiais de Cuba. No papel de uma agência de notícias segmentada por local, a AIN – com quinze sucursais pela ilha e aproximadamente 40 mil colaboradores em todo o país e contratos firmados com dezenas de usuários – oferece seus serviços a diversas revistas, inclusive cede material à Prensa Latina. Esta, por sua vez, como uma agência internacional, conta com colaboradores (*stringers*), correspondentes na Europa, Ásia e África, e mais quinze escritórios fixos (Brasil, Argentina, Nicarágua, Bolívia, Paraguai, Peru, Chile, Republica Dominicana, Colômbia, Uruguai, Equador, Venezuela, México, Guatemala e Panamá) na América Latina e Caribe, demonstrando, assim, que continente é privilegiado nas cerca de 230 a 260 notícias divulgadas diariamente.

De acordo com Rolando de la Ribera, correspondente da Prensa no Rio de Janeiro, quase toda a América é coberta pela agência: entretanto, no momento não possuem correspondentes no Paraguai, Uruguai e Costa Rica. Em alguns países, como Venezuela e Nicarágua, três jornalistas trabalham enviando para o escritório central em Havana de oito a dez notas diárias exigidas. Ao todo, aproximadamente trezentos funcionários (mais da metade composta por mulheres) se distribuem entre as atividades de repórter, atualização e formulação da página na internet, e produção de CD-ROMs, e das revistas *Orbe*, *Negocios en Cuba*, *Visiones Alternativas*, *Cuba Internacional*, *Avances médicos* e *Vietnam*.

O alto custo de manutenção de uma agência de notícias para sustentar uma série de jornalistas espalhados pelo mundo deveria ser compensado pela quantidade de clientes, “numa espécie de mais-valia informativa” (AGUIAR, 2007, p.19). No entanto, na Prensa Latina, a venda de boletins eletrônicos (são mais de vinte) e assinaturas das publicações sustentam em parte o orçamento de manutenção dos correspondentes cujos salários variam de acordo com o país. Devido a esta dificuldade em sua manutenção, o trabalho concomitante em outros veículos é permitido, bem como se autoriza a captação de recursos pelos próprios jornalistas, por meio de parcerias. No Brasil, o único colaborador, o jornal comunista *Inverta*, não rende a Rolando nenhum recurso. O aluguel de seu pequeno apartamento de dois quartos no bairro do Catete é pago pela Prensa Latina que lhe remunera com 300 dólares mensais: “Trabalhamos mais com consciência que com recursos”, justifica. Aos 55 anos, 26 de jornalismo, já passou por alguns países da Europa, por quase toda a América Central e do Sul, por Angola e Zâmbia e trabalha no Brasil como correspondente desde o ano passado.

A maioria dos jornalistas e colaboradores da Prensa Latina não tem formação jornalística como Rolando, mas são filósofos ou historiadores: “Eles estão mais acostumados ao debate de idéias exigido pelo nosso tipo de jornalismo enquanto os jornalistas são mais técnicos”, analisa.

Cursos são organizados para enquadrá-los na escola estadunidense de jornalismo e para que aprendam a resumir suas matérias em torno de 40 linhas (tamanho padrão das matérias de Prensa Latina). Comparativamente, em volume de matérias enviadas por dia, Prensa Latina está acima da espanhola EFE, de acordo com Rolando.

Em seus primórdios, Prensa se comunicava com suas sucursais por teletipo, telex e satélite. Apesar das dificuldades econômicas por que o país ainda passa, se informatizaram e desde 1996 atualizam sua página diariamente. Por ela, internautas acessam gratuitamente as informações (somente são pagos os boletins recebidos por e-mail, de interesses específicos, que em geral são assinados por mais de cinquenta jornais, revistas e agências de notícias e fotográficas do mundo) dispostas em quatro colunas: a da esquerda resume os países e assuntos de que a agência trata, e conta com *links* de colaboradores; as do meio destacam as principais notícias do dia em Cuba e no mundo, e a da direita está em branco, contrastando com o vermelho e o azul dominantes na página (as cores da bandeira de Cuba). A página está disponível em português, inglês, italiano e turco.

Vale ressaltar que entre os assuntos selecionados na coluna esquerda não se inclui, como na maior parte dos jornais do Ocidente, uma categoria. Economia (iniciando a relação de temas), Ciência e Tecnologia, Cultura, Esportes, Serviços Especiais estão na lista, na qual não se encontra a editoria “política”, bem como em todos os jornais cubanos: na ilha, política é a base para qualquer discussão jornalística e não há a pretensão da imparcialidade propalada nas sociedades liberais ditas democráticas. O jornalismo na ilha é parcial e se declara dessa maneira: marxista-leninista e martiniano, assim como o caráter da Revolução descrito na Constituição de 1976.

3.3 - Principais Publicações

Grande parte dos jornais que circulavam nos anos 1960 ainda se encontra em funcionamento. Antes da Revolução, para incrementar as vendas, os proprietários dos jornais promoviam sorteios de casas, automóveis e aparelhos domésticos. (JAKOBSKIND, 1985). Logo no início dos anos 1960, houve uma política de saneamento financeiro que propôs o combate aos jogos de azar e proibiu publicações cubanas de promoverem sorteios na Loteria Nacional, que logo encerrou suas atividades. Tal medida, ao lado do medo de publicitários e de donos de jornais de uma “comunização” do país, culminou no abandono dos veículos, conforme anteriormente mencionado. Este processo de saneamento, que afetou a imprensa, deu fim à notícia como mercadoria, ao sensacionalismo e às frivolidades, na opinião da Unión de Periodistas de Cuba (UPEC).

Não obstante, graças à campanha contra o analfabetismo e ao aumento do nível cultural da

população, houve um notável aumento na tiragem das publicações cubanas. Antes, um jornal de grande tiragem, como o *Prensa Libre*, mantinha uma média de cem mil exemplares diários. Em 1965, quando o jornal nacional *Granma* foi fundado, seu número de exemplares por dia, 650 mil, superou a soma dos onze jornais diários existentes antes de 1959 (BENITEZ, 1990).

Granma, homenagem ao iate que partiu do México e levou os revolucionários a Cuba dando início à Revolução, resultou da fusão de dois jornais: *Revolución*, órgão oficial do Movimento 26 de julho, e *Noticias de Hoy*, órgão oficial do Partido Socialista Popular. Em 1961, o Partido Socialista Popular se fundiu com o Movimento 26 de julho e formou as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI) na tentativa de integração das forças políticas revolucionárias em Cuba; um ano depois, formaram o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC) que veio a se tornar, em 3 de outubro de 1965, o Partido Comunista Cubano (GOTT, 2006).

Em seguida à formação do partido único em atividade até hoje e considerado pela Constituição de 1976 “a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza e orienta os esforços comuns para os altos fins da construção do socialismo e para o avanço rumo à sociedade comunista”, criou-se o *Granma*. Trata-se do jornal de maior importância e de maior circulação nacional, com uma tiragem média de 700 mil exemplares diários (BENITEZ, 1990), a um custo de vinte centavos de peso cubano (como todos os jornais nacionais), e 850 mil visitas semanais na página da internet, no ar desde 1996. Em caso de acontecimentos extraordinários, o jornal pode aumentar a tiragem para mais de um milhão de exemplares, ao preço de cinco centavos (JAKOBSKIND, 1985).

Abaixo do título, e ao lado de uma pequena foto em preto-e-branco dos revolucionários de Sierra Maestra com as mãos estendidas em sinal de vitória, o jornal declara-se um “órgão oficial do comitê central do Partido Comunista de Cuba”. Frank Agüero Gómez, diretor geral em 2002, em entrevista ao Observatório da Imprensa, garante que o jornal “foi fundado com uma nova concepção, como jornal político a serviço da informação da sociedade cubana e dos interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos majoritários do povo”.

Como todos os jornais e revistas do país, *Granma* tem suas limitações devido a grandes dificuldades na obtenção de papel. Até 1989, ano em que caiu o muro de Berlim e deu-se início à desintegração da União Soviética, Cuba ainda vendia grande parte de sua produção açucareira para os soviéticos e comprava, em troca, papel e polpa de madeira (necessária para a fabricação de papel) – a importação de papel chegava a 41 milhões de toneladas, 25 milhões das quais distribuídas entre os órgãos de imprensa (ROJAS, 1992). Em seguida, iniciou-se o chamado período especial, em que a economia cubana – sem a ajuda soviética, baseada na exportação de cana-de-açúcar, tabaco e níquel e sob bloqueio econômico, financeiro e comercial estadunidense – sofreu grave crise. A imprensa, inclusive: em 1992, um dos anos mais difíceis para a Revolução,

somente o *Granma* circulava diariamente (o jornal só não sai aos domingos até hoje), e havia 58% de publicações e 78% de exemplares a menos no país. Aproximadamente trezentos jornalistas de imprensa escrita migraram para o rádio e para a televisão. Desde 1996, alguns jornais voltaram a ser diários conforme a economia se recuperava em virtude das reformas constitucionais estabelecidas em 1992.

A impressão do *Granma* (e da maioria dos jornais cubanos) é em *offset*, técnica utilizada para grandes tiragens, e o tablóide possui oito páginas divididas em quatro colunas, sem quase nenhum espaço em branco. Na primeira página – sem chamadas para as outras, em geral – lêem-se as principais notícias relacionadas a Cuba. A segunda e a terceira também se dedicam a notícias nacionais. A quarta e quinta são compostas por notícias internacionais retiradas de agências como *Prensa Latina*, *Associated Press*, *Reuters*, *France Press*, *Efe* (hoje em dia os jornais não fazem restrições a nenhuma agência). A sexta página destina-se à cultura e a sétima aos esportes e à ciência e tecnologia. Deve-se destacar que na primeira, na última e na página com noticiário internacional são utilizadas cores vermelhas e rosa para destacar títulos mais importantes. *Granma* possui correspondentes em todas as províncias e o salário de um jornalista cubano variava em 1985 de dois a cinco salários mínimos (JAKOBSKIND, xxxx), que vale hoje 225 pesos cubanos, o equivalente a 10 dólares.

A página do *Granma* na Internet, com traduções para inglês, na qual estão disponíveis edições anteriores e a edição impressa, divide-se em quatro colunas com as principais notícias do dia e com espaço para carta dos leitores e charges. Também na rede está disponível o *Granma internacional* com traduções para o português, alemão, italiano, inglês e turco, e em circulação em 132 países. Mais de 500 mil internautas visitam a página por mês. O semanário nasceu em fevereiro de 1966, com o nome de *Resumo Semanal Granma*, a fim de reproduzir os discursos do presidente Fidel Castro e de difundir os acontecimentos de Cuba para o mundo, visto que estes são publicados em poucos jornais até hoje. Como o *Granma*, circula em duas cores; no entanto, em dezesseis páginas e em formato tablóide. Sua assinatura custa 40 dólares e sua tiragem aproximada é de 100 mil exemplares.

Cada uma das 14 províncias e mais a Ilha da Juventude, a quinze quilômetros do território cubano, tem o seu jornal local com circulações médias entre 20 e 50 mil exemplares diários. Proporcionalmente, segundo a UNESCO, Cuba tem uma grande tiragem em jornais para uma população estimada em 11,26 milhões de habitantes (SADER, 2006). São 119 publicações diárias por mil habitantes.

De caráter nacional, existem ainda *Juventud Rebelde*, com uma média diária, segundo Benitez (1990), de 250 mil exemplares e *Trabajadores*, com 120 mil (a tiragem continua em torno deste número, segundo as respectivas páginas da Internet). Este último, semanal, fundado em 1970,

como órgão da central dos trabalhadores de Cuba, era diário e chamava-se *Los Trabajadores*. Desde 1997, mantém uma página na Internet, com tradução para o inglês e atualização diária, cujos acessos totalizam em média sete mil por dia. Difundir o movimento sindical cubano constitui o principal propósito do jornal, no entanto, notícias gerais também têm espaço: tratam de assuntos de história, sexualidade, cinema e artes, como qualquer outro jornal.

Juventud Rebelde, tablóide da união dos jovens comunistas de Cuba, surgiu em 1965 com 16 páginas, em vermelho, azul e preto, de uma fusão entre *La tarde* e *Mella*. Seu prédio em Havana, em frente ao Capitólio, ocupa o lugar do extinto *Diário de la Marina*. Caracteriza-se como o mais noticioso dos três jornais: encontram-se mais matérias internacionais, mais análises econômicas e críticas ao sistema de transporte e outros serviços públicos. A instituição acusada, por sua vez, tem direito de resposta, que pode ser contestada caso não seja considerada convincente na redação. Há ainda a seção de cartas dos leitores em que se publica de tudo, inclusive poemas, desenhos e charges humorísticas.

Juventud Rebelde costumava ser vespertino na capital e matutino no resto do país; hoje somente circula em Havana. Publicava uma série de suplementos como *Teleguia*, sobre televisão; *LPV*, esportivo; *CT-21*, científico, e os culturais *Permiso* e *El Caimán Barbudo*, que passou a ser uma revista literária independente. Passou por uma fase (durante o período especial) em que somente era produzido uma vez por semana em formato A-4, todavia, hoje só não sai aos sábados e é editado em tamanho A-3. Objetivando ampla divulgação e a contribuição para a cultura na ilha, costuma reproduzir mensalmente em suas páginas a obra de um autor ibero-americano.

A página na Internet de *Juventud Rebelde*, no ar desde 1997, dispõe chamadas pra programas da televisão cubana, como o Mesa Redonda. Em relação aos outros jornais cubanos, possui mais espaços em branco tanto na edição impressa quanto na virtual: seus destaques, no entanto, não são em vermelho, mas em azul. Recentemente, a variedade de assuntos em *Juventud Rebelde* causou espanto em veículos internacionais que não costumam acompanhar a imprensa cubana. Com uma reportagem intitulada “Sexo anal: outro caminho para o prazer”, publicada em 10 de maio, a liberdade em relação a temas comportamentais pareceu uma novidade aos olhos dos jornais estrangeiros, mas trata-se de assunto comum a esta publicação dirigida a jovens.

Entre os jornais do interior da ilha destaca-se *Sierra Maestra*, de Santiago de Cuba, que conserva o nome da época da clandestinidade (surgiu em 1957). Mantém uma página na Internet desde 1998, com aproximadamente quatro mil leitores, segundo informações do próprio site.

Em relação às revistas, *Bohemia* continua a de maior circulação, com 250 mil exemplares, seguindo-se *Verde Olivo*, publicação das Forças Armadas e a revista de humor *Palante*. Nas bancas podem-se encontrar revistas quinzenais como de DDT, de humor e originalmente publicada em *Juventud Rebelde*; *Pioneiro*, para o público infanto-juvenil; *Mujeres*, da Federação das

Mulheres; *Muchachas*, sobre modas e temas juvenis; *Opina*, órgão do consumidor; *Moncada*, do Ministério do Interior; *Cuba*, *El Caimán Barbudo*, *Revolução e Cultura*, todos literários; *Mar e Pesca*; *UPEC*, órgão sindicato dos Jornalistas Cubanos, e *El Sol de Cuba*, revista de turismo distribuída em hotéis e aviões da Empresa Cubana de Aviação. Encontram-se ainda na ilha publicações estrangeiras nos hotéis as quais qualquer cubano que possua pesos conversíveis pode ter acesso. Em fábricas, escolas e centro de trabalho recorre-se à imprensa mural, como antes da Revolução. Com a tiragem mínima de cinco mil exemplares, publica-se aproximadamente 14 jornais diários na ilha, segundo a UPEC.

3.4. Transformações do jornalismo cubano

A imprensa escrita passou por uma série de etapas. Miège (*apud* SODRÉ *in* PAIVA, 2002, p.188) diferencia quatro modelos: a imprensa de opinião, artesanal, de estilo polêmico e manifestação de idéias; a imprensa comercial, ligada à democracia parlamentar, cuja primazia eram a publicidade e a divulgação de notícias; a mídia de massa, dependente de publicidade e marketing em que há uma prevalência de tecnologias audiovisuais e valorização da notícia como espetáculo; e, finalmente, a comunicação generalizada, da realidade virtual, “a reboque do Estado, das grandes organizações comerciais e industriais, dos partidos políticos, a informação insinua-se nas clássicas estruturas socioculturais e permeia as relações intersubjetivas” (*Id. ibid.*). A prevalência nos dias de hoje fundamenta-se no quarto modelo; entretanto, todos podem sincronicamente coexistir.

Pode-se afirmar que Cuba até 1959 configurava-se numa sociedade liberal, seguindo o destino que os Estados Unidos haviam traçado para a ilha, e em relação à imprensa escrita passaram a coexistir a imprensa de opinião do século XIX com o segundo e o terceiro modelos descritos por Miège. No final do século XVIII, início do XIX, os jornais cubanos demonstravam um tipo de jornalismo caracterizado pelo detalhamento de atividades comerciais, por censura oficial (e na condição de colônia, censura da metrópole) e por matérias pitorescas que traziam novidades como incêndios, dilúvios e assassinatos – típicos da Europa no século XVII (HABERMAS, 2003, p.35).

A segunda fase do jornalismo cubano foi marcada pelo surgimento de periódicos opinativos, em que a literatura e as novas correntes de pensamento estavam presentes em suas páginas. Muitos, como Céspedes e José Martí, utilizavam o jornal como meio de difundir a causa da independência: tratava-se do jornalismo de opinião em que, segundo Bücher (*apud* HABERMAS, 2003, p.214):

Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias, para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária. (...) Para o editor de jornal, teve o significado de que ele passou de vendedor de novas notícias a comerciante com opinião pública.

Com a conquista da independência cubana em 1878, ainda que sob tutela estadunidense, a imprensa de opinião – agora restrita a guetos e ao fechamento em regimes como o de Gerardo Machado e Fulgêncio Batista – “podia abandonar sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial”, (HABERMAS, 2003, p.216). Nesta terceira fase do jornalismo para Habermas, em que a imprensa passa de politizante à comercializada (que ocorre nos Estados Unidos nos anos 1830), “o jornal assume um caráter de empreendimento que produz espaço para anúncios como uma mercadoria que se torna vendável através de uma parte reservada à redação” (BÜCHER *apud* HABERMAS, 2003, p.217).

A partir dessa fase que Miège chama de imprensa comercial, é que se puderam desenvolver os outros modelos enumerados por ele. No entanto, em plena evolução deste modelo durante a República de Cuba passam a circular em grande volume nos anos 1950 jornais que resgatavam o modelo opinativo e panfletário de José Martí (existiam anteriormente os jornais estudantis que também eram opinativos) e caracterizavam-se por lutar pelo fim do regime de Fulgêncio Batista e não mais pela independência de Cuba, como na época de Martí.

Em 1959, uma Revolução popular, que se declarou socialista dois anos mais tarde, tomou o poder e se reconheceu como uma “democracia de trabalhadores”:

O novo regime se reconheceria como uma “democracia de trabalhadores” e considerava a Revolução como fonte de direito. Marcharam juntos durante longos anos o espírito libertário e o poder revolucionário. Todas as oposições, ataques e resistências às mudanças foram derrotados, assim como as carências, que eram quase insondáveis, por meio de jornadas e de anos maravilhosos e traumáticos (SADER, 2006, p.375).

Em 1976, formulou-se uma constituição (a atual) que estabelece Cuba como um Estado socialista de trabalhadores em que, baseado nos princípios de Lênin, o Partido Comunista é a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza e orienta os esforços comuns para a construção do socialismo e para a posterior formação de uma sociedade comunista. Ainda que o país tenha se alinhado e tentado se reestruturar econômica e politicamente ao modelo soviético, alguns jornalistas cubanos se recusam a comparar o *Granma* ao jornal russo *Pravda*, órgão oficial do Partido Comunista Russo – no entanto, publicado por Leon Trotsky em Viena, em 1908, quase dez anos antes da vitória definitiva dos bolcheviques na Revolução de outubro. *Granma* foi fundado em 1965 e seu intuito era dialogar com o povo cubano, divulgar notícias de interesse nacional e menos mobilizar a sociedade, conforme explicaram Frank Agüero e Rolando de la

Ribera, da Prensa Latina, em entrevista à autora.

Desde 1965, determinou-se, portanto, um jornalismo estadunidense quanto às regras de formatação, no entanto, inspirado no russo (visto que todos os órgãos sindicais e oficiais na URSS também tinham a sua publicação) e nos ideais formulados por Lênin. Ao mesmo tempo, seguiu-se o ideário de José Martí – que, em sua base, coincidia com os de Lênin, em especial na proposição de uma imprensa educativa e defensora da soberania, para Martí, e da Revolução, para o russo – e assentou-se de maneira primordial no jornalismo opinativo, anterior ao comercial (não há absolutamente nenhuma publicidade de empresas ou indivíduos nos meios de comunicação cubanos), característico desta época.

Habermas (2003) descreve que nesse tipo de imprensa ligada ao partido ou controlada por organizações políticas (pelo menos na Inglaterra e na França) diminui-se a autonomia jornalística do redator que, em vez de submetido às ordens de um editor, subordina-se a uma comissão supervisora. Algo parecido acontece nas redações cubanas em caso de não haver consenso em relação à publicação de uma matéria: forma-se uma comissão e decide-se coletivamente até se chegar a uma conclusão, o que torna as decisões menos individuais e mais coletivas, não submetidas às ordens de um editor (muito menos de um censor, como acusam alguns opositores do regime).

Para Benitez (1990), a imprensa cubana, ainda que não parecida com a russa revolucionária, inevitavelmente segue as proposições de Lênin e tem como função orientar os problemas da sociedade nova, conforme definiu o revolucionário russo:

A imprensa deve ser nosso meio primeiro e principal para elevar a autodisciplina dos trabalhadores e para abandonar os métodos, velhos e absolutamente inutilizáveis, de trabalhar ou de iludir o trabalho na sociedade capitalista. A imprensa é chamada para revelar os defeitos da vida econômica em cada comuna de trabalho, censurar implacavelmente seus defeitos, pôr a nu todas as falhas de nossa vida econômica e, desta forma, apelar à opinião pública dos trabalhadores para acabar com ela (*apud* BENITEZ, 1990, p.125).

A crítica na imprensa cubana existe, chocando-se sempre nos limites do conceito de não ir contra a Revolução. Quando questionado pelo jornalista Ignácio Ramonet (2006) sobre a estranheza de tudo parecer correr muito bem no Partido Comunista, sobre não haver divergências, o presidente Fidel Castro respondeu:

Veja, aqui houve por muito tempo a tendência de supor que as observações críticas, a denúncia das coisas malfeitas, faziam o jogo do inimigo, ajudavam o inimigo e a contra-revolução. Há o receio de informar algo, porque se pensa que pode ser útil ao inimigo. E nós descobrimos que, nessa luta contra as ações negativas, é muito importante o trabalho dos órgãos de imprensa. E estimulamos o espírito crítico. Chegamos à conclusão de que é necessário desenvolver ainda

mais o espírito crítico porque é um fator fundamental para aperfeiçoar nosso sistema. Claro, sabemos que há inconvenientes, mas queremos uma crítica responsável. E, apesar das possíveis conseqüências, qualquer coisa é melhor que a ausência de críticas (*apud* RAMONET, 2006, p.473).

O discurso de Fidel ratifica o que se propôs em 1999 em um Congresso organizado pelo Sindicato de Jornalistas de Cuba (UPEC), cujo desígnio constituiu no combate aos erros, às deformações, às apologias e às superficialidades do jornalismo cubano. Para este período, a UPEC deu o título de “melhor jornalismo, mais Revolução”. Desde este ano, instituiu-se como missão da imprensa e da sociedade a “batalha de idéias”, definida pela UPEC como um conjunto de mais de 200 programas para toda a população que se baseiam no enfrentamento à agressão que o governo dos Estados Unidos sustenta contra Cuba. A campanha iniciou-se quando o menino de cinco anos Elián González, encontrado em uma bóia perto de Miami e acolhido por parentes nesta cidade, tornou-se centro de uma batalha entre os governos estadunidense e cubano. O pai do garoto que havia perdido a mãe, no naufrágio do bote que saíra de Cuba com destino aos Estados Unidos, ganhou sua guarda, apesar da campanha liderada pelos cubanos de Miami contra a volta de Elián à ilha. O caso suscitou questionamentos sobre a política estadunidense em relação a Cuba e levantou o difícil tema da migração de cubanos atraídos pelas possibilidades econômicas do país vizinho. A fim de debater dialeticamente estes temas, determinou-se a permanência diária do programa Mesa Redonda na televisão cubana e criou-se a permanente campanha da “batalha de idéias”.

Nos últimos anos, cada vez mais jornalistas vêm trabalhando como correspondentes e colaboradores nos jornais cubanos em favor desta “batalha” (BENITEZ, 1990). Ainda que desde 1965 exista faculdade de jornalismo (na Universidade de Havana, e em 1969 foi criada uma na Universidade de Oriente), não é preciso diploma para atuar como jornalista. Os estudantes, antes de formar, passam pelas redações de *Granma*, *Juventud Rebelde*, *Bohemia*, emissoras de rádio e de televisão. Quando se formam, se especializam e podem trabalhar em quaisquer meios.

Quase todo jornal cubano está na Internet (são mais de 130 páginas) e basta ter acesso para criar uma página sem controle algum do Estado; no entanto, em uma população de mais de onze milhões de habitantes, são aproximadamente 270 mil computadores no país e 98 mil usuários, dos quais doze mil são assinantes. O custo da telefonia, devido ao bloqueio, é o principal obstáculo: o acesso à Internet custava 60 dólares por mês em 2002. Jornalistas, entretanto, pagam 30 pesos cubanos por 40 horas mensais (ver nota 11). Soma-se a isso a pouca renda dos trabalhadores para comprar um computador. Não obstante, há em cada escola pelo menos quatro computadores e dezenas de *Joven Club de Computación y Electrónica*, núcleos gratuitos de informatização comunitária, espalhados pela ilha. Nestes estabelecimentos, bem como na escola, o acesso à rede é limitado às páginas educativas e cubanas. Nas universidades, residências, redações e hotéis, não há restrição.

Ademais, todos os veículos cubanos na Internet têm espaço para as campanhas nacionais como a libertação dos cinco jovens cubanos presos nos Estados Unidos sob a acusação de espionagem. O governo de Cuba alega que eles estavam no país vizinho para investigar atos terroristas que os grupos contra-revolucionários estabelecidos em Miami realizam há mais de quarenta anos.

Pode-se ainda afirmar que no *Granma* e nos outros jornais de Cuba, há pouca variedade de notícias, pois este se trata de um país pobre, com dificuldades econômicas, sob bloqueio arrojado em 1992 com a lei Torricelli, e que importa grande parte do papel da sua imprensa (a outra é produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar). Assuntos ou sobre celebridades, ou considerados pitorescos, não são publicados respeitando os propósitos leninistas e martinianos dos meios de comunicação com a finalidade da educação. Cabe à imprensa, para Martí, estabelecer e fundamentar ensinamentos, lutar, fortalecer e aconselhar.

Assim, considerando Cuba uma sociedade socialista em que não há propriedade privada dos meios de comunicação (ainda que haja sociedades anônimas, como a Prensa Latina), e por midiatização “o dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o capital” (SODRÉ *in* PAIVA, 2002, p.190), pode-se sustentar que a sociedade cubana não é midiatizada, na medida em que os meios de comunicação não servem ao capital e que tal conceito sirva para sociedades liberais-democráticas. No entanto, trata-se de uma sociedade mediada – não de maneira exacerbada característica da midiatização – pelos seis canais de televisão, jornais, revistas, rádios e páginas na Internet que basicamente reproduzem os conteúdos das publicações (e a minoria ainda têm acesso integral à Internet), mas sua agenda definitivamente não é a do liberalismo.

4. Liberdade de imprensa

Quando se trata do jornalismo de Cuba nos meios de comunicação internacionais, menciona-se invariavelmente a questão da liberdade de imprensa. Procurarei neste capítulo lançar luz sobre esse conceito a fim de compreender a razão de constantemente aludir-se à falta de liberdade na ilha. De maneira nenhuma pretendo aqui esgotar o assunto já estudado por outros autores e ainda muito a ser discutido; entretanto, tratarei de dar espaço ao que pensam os jornalistas revolucionários na ilha, que se reuniram em um congresso promovido em 2001 pela Unión de Periodistas de Cuba e debateram acerca do tema. Procurarei também buscar a origem de tal conceito e indicar um caminho para a compreensão de que ele não se aplica a Cuba e que, por isso mesmo, é recusado pela maioria dos jornalistas da ilha.

De maneira análoga, proponho uma reflexão sobre instituições auto-intituladas defensoras da liberdade de imprensa, representadas aqui pela maior delas, a organização sem fins lucrativos Repórteres Sem Fronteiras, cujo discurso se reproduz nos maiores jornais do mundo e é por estes exaltado como de grande valia à democracia mundial. Subjacente à retórica de independência, buscarei demonstrar como tal instituição se cala diante de crimes cometidos pelos Estados Unidos e fomenta as campanhas promovidas por este país, um de seus grandes financiadores, contra Cuba.

4.1. Liberdade de imprensa em perspectiva

A liberdade de imprensa apresenta-se hoje como um dos mitos mais difundidos e menos questionados no âmbito social: não há, desde a invenção da imprensa, mais eficaz e valorosa idéia para legitimar quaisquer fins políticos.

Considera-se, nas sociedades liberais ditas democráticas, que a imprensa deve fiscalizar o poder, garantir as liberdades individuais e, assim, proteger a democracia. A noção em voga de que meios de comunicação livres se relacionam intrinsecamente à democracia liberal nasceu com a constituição francesa de 1791 que, retomando a Declaração dos Direitos do Homem de 1789, declarou a livre comunicação de idéias e de opiniões como um dos mais preciosos direitos do ser humano: “Por isso, cada um pode falar, escrever e imprimir livremente, resguardando-se a responsabilidade quanto ao mau uso dessa liberdade nos casos previstos por lei.” (HABERMAS,

2002, p.89-90). A partir deste momento, como descreve Rabelo (2004, p.8), floresce no ideário coletivo a concepção de que a imprensa deve ser livre e o entendimento de que esta é uma das mais fundamentais liberdades do indivíduo e da sociedade.

Desde então, muitos autores trataram do tema, dentre eles Karl Marx, que formulou um ideal de imprensa livre em 1842:

A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual na qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria. É a mente do Estado que pode ser vendida em cada rancho, mais barata que gás natural. É universal, onipresente, onisciente. É o mundo ideal que flui constantemente do real e transborda dele cada vez mais rico e animado (MARX, 2006, p.60).

No entanto, conforme o próprio autor desenvolve em seu artigo publicado no jornal alemão *Rheinische Zeitung*, esta liberdade de imprensa ainda não foi posta em prática visto que não se pode pensar em casos particulares: cada liberdade condiciona a uma outra. Logo, se não há pensamento livre, por exemplo, não pode haver liberdade de imprensa.

Apesar disso, as sociedades liberais insistem em tal conceito como precípua bandeira: para justificá-la, lançam mão de falácias alicerçadas na suposta objetividade, imparcialidade e pluralidade do jornalismo. Acredita-se – e essa escola desenvolveu-se com maestria nos Estados Unidos e difundiu-se para o mundo – que seja possível o jornalista despir-se de suas convicções e realizar uma matéria imparcial e objetiva. Ocorre que tal fato é impossível e “ignora a elementar lei da física que afirma que um mesmo evento varia de acordo com a posição do observador” (RABELO, 2004, p.11).

Da mesma forma, o conceito de jornalismo objetivo desconhece que os meios de comunicação escondem seu caráter de classe e reproduzem o pensamento dominante, ou seja, o da classe dominante, e, nesse movimento, corroboram para a manutenção das relações capitalistas, conforme Marx e Engels descreveram:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua

dominação (MARX & ENGELS, 2002, p.48).

Habermas (2003, p. 218) encontra na história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX a demonstração de que os meios de comunicação se tornam manipuláveis à medida que eles se comercializam:

Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública.

Se antes a imprensa cumpria o papel de opinião, a partir daí o público passa a receber informação de grupos privados que servem a determinados interesses. Quando o controle exercido sobre os meios de comunicação não é direto, em casos em que os proprietários de corporações compram os veículos, o controle é indireto: circunstância esta em que se processa uma promiscuidade entre o poder econômico-político e a mídia resultante de afinidade ideológica ou exclusivamente de dependência financeira. Afinal, os meios de comunicação de massa sustentam suas finanças com base na publicidade; todavia, a venda para o público, no caso das publicações, não garante sua sobrevivência. Por sua vez, a importância do leitor, neste processo, diminui relativamente. Os jornais, revistas, televisão e rádio, nessa situação, rendem-se ao poder dos grandes anunciantes (o que inclui também capital público), praticando a autocensura, omitindo ou distorcendo fatos, difundindo a banalidade e exaltando a novidade em lugar da reflexão (ARBEX, 2002, p.89).

Na ordem liberal, a informação passou a seguir o funcionamento do mercado como uma valorosa mercadoria; com o neoliberalismo, iniciado nos anos 1990, esta lógica somente se exacerbou. Neste período, os proprietários dos meios de comunicação, em especial da América Latina, fizeram de seus veículos grandes difusores das teses de privatização e da liberalização financeira vislumbrando sua associação ao capital externo. Ao mesmo tempo, os donos dos jornais, das rádios e das televisões latino-americanas planejaram, sem sucesso, permanecer na direção deste processo que configurou a enorme dependência destes ao capital internacional (SADER, 2006).

A ação neoliberal na imprensa, traduzida em megafusões de conglomerados, resultou em uma concentração ainda maior dos meios de comunicação, como descreve Lima (*apud* RABELO, 2004, p.18):

Na economia política, a dissolução das fronteiras entre as *telecomunicações*, os *mass media* e a *informática*, isto é, o surgimento da nova mídia e a privatização dos serviços de telecomunicações que vem acontecendo em todo o mundo nas últimas décadas, ocasionou a maior onda de compras, fusões e parcerias de agentes econômicos já conhecida na história da economia. Esse fato alterou

radicalmente a economia política do setor e provocou uma concentração (horizontal, vertical, cruzada) sem precedentes da propriedade privada na mídia – velha e nova, dando origem a um crescente e vigoroso processo de oligopolização do setor com o aumento do poder dos históricos atores brasileiros e a emergência de novos e poderosos autores globais (*global players*) privados.

Sabe-se que o mercado mundial da comunicação hoje é dominado pelo grupo alemão *Bertelsmann* e por oito corporações estadunidenses: *General Electric* (fabricante de armas e proprietária do canal estadunidense NBC), *AT&T/Liberty Media*, *Disney*, *AOL Time Warner*, *Sony*, *News Corporation*, *Viacom*, e *Seagram* (SADER, 2006, p.784). De cada cem palavras de informação que se difundem na América Latina, noventa são provenientes de quatro agências internacionais: *Associated Press*, *Reuters*, *AFP* e *EFE* (UPEC, 2001). Dessa forma, a independência e o pluralismo no qual se assentam o conceito da liberdade de imprensa tornam-se, então, facilmente desmistificados.

À luz de tais dados, a disseminada noção de democracia plena, cuja defesa caberia à imprensa, se compromete, uma vez que não há sequer envolvimento da população no processo no qual se produz a informação. De forma análoga, a imprensa livre – edificada essencialmente pelos próprios meios de comunicação como grande conquista da humanidade – desmorona diante do fato de todas as mensagens partirem dos mesmos mensageiros.

A existência da concepção de liberdade de imprensa nascida na França e propalada hoje não se sustenta na prática: esta, em princípio, se dá essencialmente com a livre expressão individual. Ora, se em todos os países defensores da bandeira da liberdade de imprensa não há democratização dos meios de comunicação, se estes estão nas mãos de uma elite que os usa ao sabor de seus interesses, mantendo, assim, suas relações de dominação, como pode haver qualquer aspecto democrático e livre neste tipo de imprensa?

Da mesma maneira, não se pode acreditar numa liberdade ou de imprensa ou de expressão (que inclui a possibilidade de receber e produzir informação) se não há justiça social que permita qualquer alteração nas relações de poder, conforme defende Fidel Castro (*apud* RAMONET, 2006, p.474):

Como falar de “liberdade de expressão” em países que têm 20, 30 por cento de analfabetos, e 80 por cento entre analfabetos plenos e analfabetos funcionais? Com que critério, com que elementos, podem opinar, e onde podem opinar? Se até gente culta e inteligente não consegue publicar um artigo quando quer, e são ignoradas, esmagadas, desacreditadas. E esses grandes meios se transformaram em instrumentos de manipulação.

Caberia por parte dos paladinos da liberdade de imprensa argumentar que com o

surgimento de novas tecnologias, como a Internet, e com a apropriação destas pelos movimentos sociais, haveria uma democratização e, assim, uma maior liberdade. Sob a iniciativa do Pentágono, a Internet foi criada nos Estados Unidos em 1969, logo adotada pelos meios científicos, universitários e de contracultura e, em meados dos anos 1990, amplamente comercializada (RAMONET, 2001). Ainda que a rede sirva de fato para abrigar discursos e grupos contra-hegemônicos, pode-se contra-argumentar que o alcance destas tecnologias ainda é pequeno, em especial na América Latina, e que estes instrumentos somente reproduzem as desequilibradas, injustas e arbitrarias relações de poder. A Internet reserva-se hoje quase que exclusivamente às pessoas mais ricas e seu acesso é infinitamente maior nos países centrais. Tarjane (*apud* UPEC, p.17) cita o exemplo da Islândia para exemplificar tal desnível: com quatro milhões de habitantes, possui quatro vezes mais internautas que a Índia, país cuja população ultrapassa um bilhão de habitantes. Assim, o discurso contra-hegemônico existente nesse tipo de sociedade, além de não ser reproduzido nos meios de comunicação de massa, alcança um pequeno número de pessoas.

A julgar por tais atos, cumpre questionar o próprio conteúdo veiculado por estas grandes empresas, cujos interesses se sobrepõem aos da população, embora a comunicação em princípio seja um bem público. Subjacente à aparente autonomia, o aspecto político-econômico-de-classe dos meios de comunicação faz perceber que o caráter sofismático da idéia de poder fiscalizador ou “quarto poder”, amiúde atribuída à imprensa, não passa senão de uma sedutora teoria que dissimula seus verdadeiros interesses e a atrela aos interesses do país ou dos cidadãos. Nesta mídia simbiótica, não há “distanciamento necessário à formação de uma cultura crítica, indispensável ao funcionamento de uma verdadeira democracia” (SODRÉ *in* PAIVA, 2001, p.195).

4.2. Considerações sobre liberdade de imprensa em Cuba

A idéia liberal de liberdade de imprensa baseia-se na austera defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político e intelectual da sociedade e posiciona-se contra atitudes reguladoras, consideradas coercitivas, do poder estatal. Assim, cada um deveria poder imprimir livremente suas opiniões e torná-las públicas. Dentro deste conceito, acusam Cuba de falta de liberdade de imprensa: ocorre que, de fato, inexistente tal liberdade no país:

Quando perguntei a um influente jornalista cubano se lá existe liberdade de imprensa, ele deu uma gargalhada e respondeu: Claro que não. E completou, com naturalidade: Liberdade de imprensa é apenas um eufemismo burguês. Só um idiota não é capaz de ver que a imprensa está sempre a serviço de quem detém o poder. E aqui em Cuba quem detém o poder é o proletariado. Estamos todos os jornalistas cubanos, portanto, a serviço do proletariado (MORAIS, 1978, p.73).

Charuto na boca, precocemente calvo, Angel Guerra repete: “Liberdade de

imprensa para atacar um governo voltado para o proletariado? Isso nós não temos. E nos orgulhamos de não ter” (*Id. ibid.*, p.76)

A sociedade cubana não segue as doutrinas do liberalismo: não se trata de uma sociedade capitalista. Cuba se declara socialista – com seus meios de produção parcialmente socializados – e, portanto, deve ser encarada de maneira distinta. Socialismo, originado do francês *socialisme*, “*social*” + sufixo *isme*, significou a princípio (em 1831) uma “doutrina de organização social que privilegia o coletivo em detrimento do indivíduo”. Seguindo esses princípios, o regime socialista cubano dá preferência às maiorias, ao coletivo, em detrimento do individual.

No entanto, considera-se a estrutura social cubana como “transacional socialista”, de modo que, por um lado, reproduz as condições que conservam o regime socialista, que forma a base da forma de governo; e, por outro lado, tal estrutura passa por um processo de reinserção no sistema de economia mundial controlado pelo capitalismo. Este processo, contudo, vem sendo realizado de maneira limitada: em vez de se realizar uma integração progressiva para o capitalismo, o Estado até agora mantém o controle, toma decisões e redestina recursos (SADER, 2006, p.383).

Dentro deste processo, a afirmação socialista em Cuba se dá de diversas maneiras: em 2002, para citar um exemplo, um grupo ligado à Igreja Católica e com financiamento do governo estadunidense organizou uma coleta de assinaturas reivindicando mudanças na legislação. De acordo com a constituição de 1976, dez mil assinaturas garantem aos cidadãos a proposição de novas leis. No entanto, a petição, batizada de Projeto Varela, reivindicava mais oportunidades para negócios privados, anistia para “prisioneiros políticos” e um novo sistema eleitoral: questionava, assim, o caráter socialista garantido constitucionalmente. Em resposta a tal iniciativa, organizações de massa, apoiadas por um abaixo-assinado de quase oito milhões de cidadãos, pediram à Assembléia Nacional uma reforma constitucional. Esta, por sua vez, aprovou uma emenda que garantia a intangibilidade do sistema político e social socialista e declarou a nulidade de qualquer negociação efetuada sob ameaça ou coação vinda do exterior. A partir de então, a Assembléia encontra-se impedida de reformar o sistema econômico, político ou social: direito afiançado somente à população (GOTT, 2006; SADER, 2006).

Desse modo, por mais que tentem simplificar o sistema cubano em “democracia representativa” ou “ditadura”, é difícil designá-lo segundo tais nomenclaturas:

Em geral, o sistema cubano não se enquadra nas classificações habituais de “democracia representativa”, “autoritarismo” ou outras, nem nos conceitos usuais relativos aos sistemas políticos (...) Seus problemas são diferentes daqueles dos países capitalistas. A transição socialista é obrigada a se basear na intencionalidade da estrutura social, no uso cada vez maior da população, porque ela é a força fundamental do regime, e sua motivação e eficiência dependem de que se comprometa realmente com uma estrutura social tão radicalmente nova e

diferente (SADER, 2006, p.384).

A propriedade dos meios de comunicação neste tipo de sociedade, em princípio, é de todo o povo, assim como a dos meios de produção fundamentais. Em relação à liberdade de imprensa, sua garantia se estabelece no artigo 53 da Constituição da República, com o seguinte texto:

É reconhecida aos cidadãos a liberdade de palavra e de imprensa, conforme os fins da sociedade socialista. As condições materiais para seu exercício estão garantidas pelo fato de que a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema e outros meios de comunicação de massa são propriedade estatal ou social e não podem ser objeto, em qualquer caso, de propriedade privada, o que assegura seu uso ao serviço do povo trabalhador.

Dessa forma, a Constituição garante este direito de liberdade desde que esteja em conformidade com os objetivos da sociedade socialista: uma liberdade parcial, portanto. Trata-se, desse modo, de um conceito de liberdade díspar da noção aparentemente consensual: em Cuba esta idéia vincula-se estreitamente à capacidade de pensar e só é conquistada através dela, adquirida por meio de anos de educação de qualidade para todos (UPEC, 2001). Nesse sentido, a liberdade de imprensa para os cubanos só é possível em um país com critério opinativo, e onde não se construam mecanismos para permitir o pensamento desde a infância, conforme o presidente Fidel Castro afirmou (RAMONET, 2006, p.474):

Se você chama de liberdade de imprensa o direito da contra-revolução e dos inimigos de Cuba de falar e escrever livremente contra o socialismo e contra a Revolução, eu diria que não estamos a favor dessa “liberdade”. Enquanto Cuba for um país bloqueado pelo império, atacado permanentemente, vítima de leis iníquas como a Helms-Burton ou a Lei do Ajuste Cubano, um país ameaçado pelo próprio presidente dos Estados Unidos, não podemos dar essa “liberdade” aos aliados de nossos inimigos cujo objetivo é lutar contra a razão de ser do socialismo. (...)

Nesses meios “livres”, quem é que fala? De que se fala? Quem escreve? Fala-se sobre o que querem os donos dos periódicos ou das televisões. E escreve quem eles decidem. Você sabe bem disso. Fala-se da “liberdade de expressão”, mas na verdade o que se defende fundamentalmente é o direito de propriedade privada dos meios de comunicação de massa. Aqui em Cuba, e digo isso com franqueza, não existe a propriedade privada dos meios de comunicação de massa. Mas as diferentes organizações de massa dispõem dos seus próprios meios: os estudantes têm o seu, os operários, os sindicatos, os camponeses, até os militares. Todo mundo têm seu órgão de informação, e pode acreditar que publicam com muita liberdade tudo o que acham conveniente publicar. Em vez de questionar nossas maneiras, que são o resultado, a conseqüência de mais de quarenta anos de resistência ao nosso poderoso vizinho, valeria a pena perguntar a nossos cidadãos se se sentem ou não livres.

A velocidade da informação e a exaltação da novidade também são criticadas pelos

cubanos, que atribuem estas duas características da midiaticização a um esforço constante de levar os cidadãos à amnésia e afastá-los ainda mais do pensamento (UPEC, 2001). Para Fidel Castro (*apud* Ramonet), além de a ética e o interesse público estarem cada vez mais distantes dessa imprensa dita livre, a enxurrada de notícias a cada minuto dificulta o acompanhamento do curso dos acontecimentos: “Apenas a inteligência humana pode se orientar nesse vendaval de notícias” (2006, p. 475).

Em Cuba há, pois, uma preocupação em estimular o pensamento e, organizados em grupos, os cidadãos têm o direito de imprimir livremente sua opinião, desde que esta não vá de encontro ao regime do país. Tal medida explica-se não só por Cuba sofrer com escassez de papel e por ter de se defender das acusações da maioria da imprensa dos países capitalistas, mas também por estar submetida a um bloqueio econômico, comercial e financeiro estadunidense (vide nota 56) que dura mais de quarenta anos e cujo fim só virá com a mudança de sistema e de dirigente. O bloqueio contraria as leis internacionais e, de acordo com Chomsky (2000), é muito mais rígido que as antigas sanções impostas ao Iraque: a Assembléia Geral das Nações Unidas já condenou o embargo quinze vezes. Apenas Israel e Estados Unidos, este sob alegação de proteção nacional, se manifestam contra a votação de protesto ao bloqueio que já custou quase 90 bilhões de dólares à ilha.

De forma análoga, há uma luta interna contra os chamados contra-revolucionários ou dissidentes (conforme foram intitulados pela imprensa internacional) que são pagos pelo governo estadunidense para fazer contrapropaganda na ilha. Documentos oficiais dos Estados Unidos recentemente tornados públicos revelam que, entre 1959 e 1997, o país executou quase seis mil ações terroristas contra Cuba. Da Revolução até 2003, houve 61 seqüestros de aviões ou barcos coordenados pela CIA, que já financiou mais de quarto mil indivíduos e quase trezentos grupos paramilitares: a maioria dessas agressões foi preparada na Flórida, por dissidentes treinados pelo serviço secreto estadunidense.

Conseqüentemente, para muitos jornalistas cubanos, deixar que se fale tudo sem nenhuma restrição consiste em dar o direito destes contra-revolucionários escreverem contra o socialismo, o que justificaria as restrições (UPEC, 2001). Para Benitez (1990, p.33), tal posicionamento não significa ou impede que se critique o governo: este juízo, todavia, deve ser responsável e não defensor do direito de propriedade privada, como se vê na maioria dos veículos de países ocidentais.

Apesar disso, muitos veículos estrangeiros são vendidos na capital do país e tolera-se a captação de canais de televisão internacionais:

Veja, aqui se difundem muitos jornais estrangeiros, norte-americanos e europeus.

Jornais importantes, sérios. Nisso nós somos mais tolerantes do que se diz. Estão disponíveis em muitos pontos de venda e podem ser comprados com euros. Os turistas os compram e todo cubano que dispõe de divisas pode comprá-los e difundi-los. Isso não é crime. Ninguém aqui tem medo do que possam dizer contra a Revolução esses jornais ou os canais de informação como a CNN, que muita gente capta sem problemas.

Mas não podemos gastar nossos recursos – porque temos outras prioridades, que são a energia, a alimentação, a saúde – na importação dessa empresa estrangeira. Esse tipo de importação não é absolutamente uma prioridade para nós. E pode acontecer que se limite a circulação de uma ou outra publicação porque está fazendo campanhas sistemáticas contra nós, contra-revolucionárias. Está difundindo calúnias, mentiras e falsidades, está tentando dividir, criar enfrentamentos. Isso não toleramos. Por que vamos aceitar que circule aqui um jornal contra-revolucionário? (CASTRO *apud* RAMONET, 2006, p.474).

O discurso do presidente Fidel Castro em relação às invenções da imprensa internacional confirma-se freqüentemente no noticiário internacional: no ano passado, a revista estadunidense *Forbes* engendrou uma fortuna de novecentos milhões de dólares para o presidente: tal riqueza, que incluía parte do Produto Interno Bruto (PIB) de Cuba, transformaria o líder no sétimo governante mais rico do mundo. Em seguida à publicação, a própria revista admitiu não dispor de nenhuma prova e assumiu o cálculo fantasioso da fortuna, ao passo que esta aumentou de 110 milhões para 900 em apenas quatro anos. A imprensa internacional, desejosa de novidades que deslegitimem o sistema da ilha, não hesitou em publicar a notícia e poucos veículos questionaram a acusação.

Outro caso pouco conhecido na imprensa internacional, visto que somente divulgou-se em agências alternativas, ocorreu em setembro do ano passado: cerca de cinquenta jornalistas da Flórida, três dos quais do *El Nuevo Herald* – jornal de oposição ao regime produzido em Miami, mas também distribuído por meio do “escritório de interesses” estadunidenses em Havana –, recebiam dinheiro do governo federal dos Estados Unidos para participar dos programas da Rádio e TV Martí promovendo a propaganda anticubana de Washington. A Rádio e a TV Martí, criadas em 1983 e 1990, respectivamente, recebem aproximadamente 37 milhões de dólares por ano para se destinarem a pôr fim “no regime castrista”, e são transmitidas unicamente para Cuba uma vez que a legislação estadunidense proíbe sua difusão em seu território.

Os jornais cubanos já haviam alertado para tal financiamento de jornalistas pelo governo dos Estados Unidos com antecedência: não se viu, entretanto, nada veiculado sobre a questão nos principais jornais do mundo. Este acontecimento ratifica o discurso de Fidel Castro sobre a falácia do jornalismo objetivo no Ocidente:

Porque, veja só, que tanto falam de liberdade de imprensa, quando Cuba denuncia alguma coisa que não convém que se saiba, eles também não publicam. Porque você sabe que cada órgão segue uma linha, e essas linhas são traçadas pelos que os controlam, os que são proprietários desses meios, uns com mais liberdade,

outros com menos; apesar de haver também, não se pode negar, muita gente independente (CASTRO *apud* RAMONET, 2006, p.475).

Um argumento muito comum da imprensa internacional para justificar a falta de liberdade baseia-se na crítica à falta de órgãos independentes, isto é, privados, inexistentes em Cuba. Ora, se a informação constitui um direito inalienável, este deve ser público, logo, sua defesa deve caber ao Estado. Nesse sentido, Habermas recentemente afirmou que o Estado não erra quando tenta preservar este bem público:

Quando se trata de gás, eletricidade ou água, o Estado tem a obrigação de prover as necessidades energéticas da população. Por que não seria igualmente obrigado a prover essa outra espécie de “energia”, sem a qual o próprio Estado pode acabar avariado? O Estado não comete nenhuma “falha sistêmica” quando intervém em casos específicos para tentar preservar o bem público e a imprensa de qualidade.

No caso de Cuba, o Estado não interfere de forma direta no conteúdo das notícias (com exceção de *Granma*, que se constitui num órgão do Partido Comunista, e alguns membros deste coincidem com funcionários do governo cubano): não há nem censores para fiscalizar as redações, nem censura prévia. O que ocorre é uma afinidade ideológica e a deliberada restrição a conteúdos vistos como contra os valores da Revolução: se alguma matéria for publicada contra estes critérios, o jornalista pode ser processado e até preso, este último, ocorre no caso de comprovado envolvimento com o governo estadunidense. No entanto, distorções dentro do que seria contra e a favor da Revolução podem porventura ocorrer (e devem, com efeito, ter ocorrido), como qualquer erro de julgamento, mas definitivamente não configuram a regra: em Cuba, 156 correspondentes estrangeiros de 126 agências internacionais de 37 países têm permissão para fazer seu trabalho sem qualquer intervenção. Vários dissidentes, também chamados de jornalistas independentes, jamais tiveram algum problema sério com a justiça cubana. Além disso, os “jornalistas independentes” presos em Cuba, de cuja defesa encarregam-se algumas organizações não-governamentais, jamais cursaram um curso de jornalismo e sequer se dedicaram à profissão em algum periódico.

Em decorrência disso, pode-se julgar que há receio de alguns jornalistas em escreverem seus pontos de vista, e, com isso, um jornalismo responsável e militante poder-se-ia confundir com jornalismo sem crítica. Sobre o assunto, Fidel Castro contra-argumenta questionando o conteúdo de veículos cujo sustento depende exclusivamente de publicidade comercial:

Você me fala de espírito crítico, mas eu me pergunto: onde está o espírito crítico da imprensa de tantos países que se pretendem mais democráticos que o nosso? Onde está o espírito crítico desses jornalistas e desses canais de televisão, nos Estados Unidos, que apóiam, como verdadeiros porta-vozes de propaganda, a guerra do presidente Bush contra o Iraque? (...)
Esses órgãos de informação se julgam livres e críticos, mas dependem da

publicidade e nunca criticam seus anunciantes. E digo: por que se gastam tantos bilhões de dólares em publicidade? Quanto se poderia fazer com os bilhões de dólares que se esbanjam em publicidade? Aqui você tem um país em cujo PIB não aparece a contribuição de um centavo para publicidade, nem nos jornais, nem na televisão, nem no rádio, nós não temos nenhum tipo de publicidade comercial (CASTRO *apud* RAMONET, 2006, p.475).

Finalmente, o presidente de Cuba resume o que pensa sobre o conceito liberal de liberdade de imprensa:

Nós não alimentamos nenhuma hipocrisia, falando dessa “liberdade de imprensa” européia. Sonhamos com outra liberdade de imprensa, em um país culto, em um país que possua uma cultura geral integral e possa se comunicar com o mundo. Porque quem teme o pensamento livre não educa os povos, não os ajuda, não se esforça para que adquiram o máximo de cultura, de conhecimentos históricos e políticos mais diversos, e para que apreciem as coisas pelo valor em si, e que as coisas saiam de suas próprias cabeças. Porque precisam aprender a julgar para que sejam capazes de pensar com a própria cabeça. (...)
Mas não vamos acreditar na história de que esses meios no Ocidente estão destinados a criar valores de solidariedade, sentimentos de irmandade, fraternidade, espírito de justiça. Eles expõem os valores de um sistema que é egoísta por natureza; é, por natureza, individualista. Quanto mais preparo tem uma pessoa, mais pode compreender que os problemas deste mundo, cada vez mais complicados, não se resolvem se não se educarem as pessoas (*Id. Ibid.*, p.477).

4.2.1. As acusações dos Repórteres Sem Fronteiras

Os Repórteres Sem Fronteiras constituem uma organização sem fins lucrativos que se propõe a restabelecer a liberdade de imprensa às populações que vivem sob ditaduras (que proibiriam o direito à informação) e a defender profissionais que sofrem perseguições na realização de seu trabalho. Deve-se ressaltar que o conceito de liberdade de imprensa aqui se trata da concepção ligada ao liberalismo (e ao neoliberalismo), difundida por todos os meios de comunicação das sociedades liberais ditas democráticas, em geral ou ligados a conglomerados ou dependentes de publicidade.

Os RSF, tais como esses meios, recebem financiamento de diversos órgãos do governo francês, de multinacionais, como a Hewlett Packard, da Fundação Soros (instrumento político do milionário especulador George Soros), e obtêm verbas do governo dos Estados Unidos, por meio do Center for a Free Cuba (CFC), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e do National Endowment for Democracy (NED) – órgão criado pelo

governo Reagan para destinar doações para “promover” a democracia em países como Cuba, Nicarágua e Venezuela. Somente em janeiro de 2005, o NED concedeu à organização RSF aproximadamente 40 mil dólares. No entanto, a instituição afirma em sua página na Internet que a maior parte de seu financiamento (53%, em 2005) advém de vendas de calendários, álbuns fotográficos vendidos pela internet e palestras.

Dessa forma, os Repórteres Sem Fronteiras, mesmo que, em carta aberta publicada na agência *Voltaire*, neguem sua posição de “lacaio ideológico de seus financiadores”, demonstram que, apesar de sua deliberada objetividade, representam também de maneira categórica interesses econômicos e financeiros de multinacionais e de governos interessados no fim do regime de Cuba. Ancorados na proposição da OEA de que Cuba não é uma democracia, difundem a idéia de que as pretensas ditaduras, como a da ilha e a da Venezuela, são as grandes responsáveis pela censura à imprensa. De maneira análoga, a pouco discutida, contudo consensual, idéia de liberdade de imprensa é utilizada como arma política para defender interesses econômicos.

Em relação a Cuba, os Repórteres Sem Fronteiras, e outras organizações similares que dizem prezar pela democracia, além da acusação de praxe de que este país consiste numa ditadura e de que Fidel Castro é um tirano que reprime seu povo, sustentam que os cidadãos cubanos não elegem seus representantes. Tal afirmação demonstra um completo desconhecimento do sistema eleitoral cubano, no qual, a cada cinco anos, é eleita uma Assembléia Nacional de 609 deputados. Estes, por sua vez, elegem um Conselho de Estado e, a cada dois anos e meio, delegados às Assembléias dos Poderes Populares municipais (15.112, em 2005) e provinciais são escolhidos pela população. Ainda que o voto garantido pela Constituição de 1976 não seja obrigatório, a maioria da população comparece às urnas (SADER, 2006).

Outra denúncia da organização diz respeito à crítica aos governantes: para a RSF, não se pode criticar o governo cubano com liberdade. Dentro da ilha não há, com efeito, espaço para divulgar tais críticas: à exceção das páginas na Internet. No entanto, o mais conhecido dos “dissidentes”, Oswaldo Payá, publica na imprensa internacional – sempre disposta a dar espaço aos opositores do regime cubano – sem interferência e jamais fora preso. Da mesma maneira, os Estados Unidos e grupos de contra-revolucionários residentes na Flórida organizaram um congresso em Havana, dois anos atrás, e nenhum dos participantes sofreu qualquer repressão.

Mesmo assim, Fidel Castro ocupa o segundo lugar de uma lista de mais de trinta “predadores da liberdade de imprensa” – atrás apenas de Hu Jintao, presidente da China – e sofre acusações de manter 25 jornalistas presos em Cuba. Ocorre que apenas um destes intitulados jornalistas se formou ou trabalhou na profissão: todos foram presos por ter recebido financiamento dos Estados Unidos, não por atuarem como jornalistas em posicionamento contrário às idéias da Revolução. De modo a ratificar tais punições a cubanos financiados pelos EUA, que configuram

deliberada investida estadunidense contra a soberania da ilha, somente em julho do ano passado o presidente George Bush liberou 80 milhões de dólares para “treinar e equipar jornalistas independentes da imprensa escrita, radiofônica e televisiva em Cuba”.

Ainda que haja países em que seja mais preocupante a falta de liberdade, segundo os próprios critérios da organização – afinal, em Cuba jamais morreu jornalista algum no exercício de sua profissão – este país é declaradamente uma das maiores preocupações da RSF e cabe questionar por quê: basta atentar para seus financiadores. Se o governo estadunidense lança campanha para os turistas não viajarem à ilha, a organização apóia, como o fez em 2004; caso os EUA exijam sanções da União Européia à ilha, os RSF, representados por seu secretário geral Robert Menard, não tardam em aderir.

No que concerne a abusos contra o livre fluxo de informação no mundo cometidos pelos Estados Unidos, a organização se omite e não denuncia nenhum caso, como o do jornalista negro Múmia Abu-Janal, que há 25 anos se encontra preso por haver denunciado a violência policial estadunidense contra as minorias. Menos ainda, questiona por que Bilal Hussein, jornalista e fotógrafo, encontra-se preso pelas tropas de ocupação estadunidenses no Iraque desde abril de 2006. Cumpre controverter a missão destes Repórteres que não acusam os Estados Unidos de violação à liberdade de imprensa porquanto este país proíbe centenas de jornalistas cubanos de entrar em seu território, ao passo que em Cuba não se restringe a permanência de correspondentes de nenhum lugar do mundo.

Mais uma vez, depara-se com a questão econômico-política travestida de uma ideologia aparentemente consensual e independente. Como muitos meios de comunicação pertencentes às sociedades liberais, a organização sem fins lucrativos Repórteres Sem Fronteiras protege os interesses do governo estadunidense – logo, apóia sua política de sanções e constantes financiamentos para acabar com o regime soberano de Cuba – e defende as multinacionais originadas nos EUA, que expandiriam seus mercados com a abertura total e irrestrita da ilha ao capitalismo mundial.

Com isso, a preocupação em defender a liberdade de imprensa de organizações sem fins lucrativos como os Repórteres Sem Fronteiras esvai-se diante da transformação desta bandeira em arma de chantagem. As acusações contra Cuba, baseadas em uma concepção de liberdade de imprensa desenvolvida sob a ótica liberal, somente reproduzem o discurso imperialista de países que investem milhões por ano no extermínio do socialismo na ilha, e a RSF representa somente um membro deste conjunto de ações destrutivas. Por essa razão, conforme conclui Rabelo (2004, p.14), a verdadeira e mais preocupante censura a uma imprensa livre constitui a concentração dos meios de comunicação nas mãos de uma elite e a promiscuidade entre mídia e governos. Entretanto, tal ameaça à informação jamais será sequer devidamente divulgada pelos Repórteres

Sem Fronteiras.

5- Considerações finais

O presente trabalho pretendeu dar uma pequena contribuição a fim de refletir sobre a atual imprensa em Cuba e objetivou contextualizá-la para que se pudesse compreender o papel dos veículos de comunicação da ilha como aliados da luta por soberania e por dignidade conquistadas com a Revolução de 1959. De forma análoga, o breve histórico aqui traçado buscou, essencialmente, apontar que o desenvolvimento da imprensa em Cuba arraiga-se à história do próprio país e que o relevante jornalismo produzido na ilha hoje goza de legitimidade tal qual seu regime socialista.

Cuba era uma colônia espanhola cuja imprensa, no século XVIII, destinava-se somente a registrar acordos comerciais – e que, no século XIX, desenvolveu uma imprensa de opinião, extremamente censurada pela metrópole. Neste mesmo século, ao lado da luta pela independência, surgiu um jornalismo panfletário conduzido por heróis como José Martí, cujo propósito era criar uma identidade nacional e defender a independência da América Latina. No início do século XX, apesar de independente em princípio, a República de Cuba continuou burguesa e neocolonial, submetida desta vez aos Estados Unidos, que sustentaram duas ditaduras e intervieram quatro vezes no país. O jornalismo deste período ajudou tanto a manter tal status de subordinação, por meio de publicações representantes das elites, quanto a questionar tal exploração da metrópole, com o surgimento de jornais revolucionários nos anos 1950, os quais resgataram os ideais martinianos e a tradição antiimperialista e social-revolucionária da esquerda pós-1917 (HOBSBAWM, 2001).

Com a vitória da Revolução em 1959, chegaram ao poder os inúmeros trabalhadores que se juntaram aos rebeldes de Sierra Maestra durante os meses de guerrilha no país. Em pouco tempo, as alianças necessárias para a vitória foram destruídas, a burguesia foi exilada, e medidas foram tomadas para reduzir a desigualdade no campo e na cidade. Destruiu-se o antigo regime e a intitulada democracia de trabalhadores tomou conta do sistema político e educacional, modificando, da mesma forma, a maneira de fazer jornalismo.

Os veículos privados haviam sido abandonados pela maioria de seus donos e foram nacionalizados. A Revolução contava com o apoio irrestrito da população historicamente explorada e os jornalistas faziam coro às conquistas do novo governo: assim, a imprensa aliou-se, como na luta pela independência e durante a luta contra Batista, à luta política. A função deste jornalismo não seria mais fazer oposição a qualquer governo: como uma “democracia de trabalhadores”, estes deveriam se defender contra a oposição nascente no exterior e ajudar na luta de mudança de mentalidade que o socialismo exigia. Portanto, em Cuba os meios de comunicação de massa hoje servem deliberadamente aos propósitos defendidos pela Revolução: a dedicação ao

coletivo em detrimento ao individual. A utilização destes meios para a educação e para a organização social consistem nas principais preocupações do jornalismo na ilha, de acordo com Benitez (1990).

Quanto à liberdade de imprensa, os argumentos apresentados no decorrer do trabalho indicam que tal conceito, ligado ao liberalismo, não se aplica a Cuba e é refutado pelos jornalistas que trabalham na ilha. Trata-se de uma sociedade socialista – ainda que com aberturas ao capital estrangeiro devido à crise econômica dos anos 1990 que obrigou a adoção do turismo como principal sustento – e sua imprensa declara-se a favor da Revolução. Assim como nas sociedades liberais, não há liberdade de imprensa em Cuba. Ocorre que, neste país, a restrição a uma total liberdade dos indivíduos de publicarem suas idéias é claramente limitada: pode-se publicar tudo dentro dos fins socialistas, conforme descrito na Constituição. Este limite pode levar, e pode ter levado durante os quase cinquenta anos de Revolução, a distorções, como qualquer erro de julgamento. Contudo, as acusações de organizações sem fins lucrativos, como os Repórteres Sem Fronteiras, de que Cuba prende qualquer opositor ao seu regime, não configuram a realidade.

Por sua vez, nas sociedades liberais, a liberdade irrestrita de imprensa é em princípio garantida a todos os cidadãos. No entanto, a argumentação apresentada nesta monografia objetivou evidenciar que diante da concentração dos meios de comunicação e da subordinação destes a interesses econômicos, tal liberdade é, de forma análoga, ceifada. O discurso desta mídia, não obstante, permanece imaculado: a imparcialidade e a objetividade constituem suas principais bandeiras.

Este trabalho procurou, portanto, reconsiderar as acusações da grande mídia e da organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras a um pequeno país caribenho bloqueado cuja luta pela soberania e pelo socialismo parece incômoda para a maior parte do mundo. Ir na contramão de um mundo cujas injustiças sociais imperam e de uma América Latina cuja dependência estrangeira ramifica-se nas mais diversas esferas da sociedade, sem dúvida, acarreta como conseqüência um mal-estar generalizado. De encontro à ordem mundial vigente que determinou o fim da era do socialismo diante de um mundo capitalista e globalizado, Cuba permaneceu leal aos valores conquistados com a Revolução de 1959, demonstrando a possibilidade de justiça social e de soberania em plena América Latina. Eis o verdadeiro alvo de crítica da mídia destes países capitalistas: nas mãos de uma elite econômica, estes meios de comunicação fazem grassar a imagem de uma Cuba decadente e desejosa de democracia liberal a fim de escamotear os interesses econômicos e políticos dos Estados que estes veículos representam, e visando também dissimular as colossais falhas do sistema capitalista.

O incômodo causado por Cuba nestas sociedades liberais ditas democráticas, manifestado por meio dos veículos de comunicação, não parece decorrer das críticas habituais construídas por

estes. A ilha está submetida, desde 1961, a um embargo cruel, e insistiu por muito tempo no modelo monocultor de exportação de cana-de-açúcar, desenvolvendo insuficientemente suas indústrias contrariando a idéia de que o capitalismo: ainda assim, diante de tais condições econômicas subversivas, Cuba conseguiu êxito social jamais alcançado por um país periférico e desmascarou o discurso liberal que garantia desenvolvimento e liberdade para quem seguisse sua cartilha. Enquanto os Estados Unidos fomentam cubanos residentes na Flórida a destruir o regime cubano, e os veículos de comunicação dão espaço a estes dissidentes e colaboram para a construção de uma imagem deteriorada do país, Cuba segue independente, com baixas taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, com expectativa de vida de 77 anos e com uma população instruída, vestida e alimentada dignamente (SADER, 2006).

As acusações a Cuba amiúde divulgadas na mídia partem sempre do pressuposto de que somente por meio do capitalismo e da democracia liberal adquire-se liberdade: logo, Cuba socialista jamais seria livre. Ratificando tal crença, imperfeições existentes na ilha são apontadas pelos meios de comunicação que reproduzem o pensamento liberal, como falhas de um sistema político e econômico, ao passo que estes veículos não identificam que na própria América Latina os altos índices de analfabetismo, de desemprego e de miséria, para citar alguns exemplos, decorrem de defeitos de um sistema cuja base de sustentação é a injustiça e a desigualdade.

Em última análise, a imprensa cubana constitui um eco de todo o incômodo desta sociedade socialista: a grande mídia, assim, condena o jornalismo, bem como o regime do país. Novamente, pressupõe-se aqui que a imprensa na sociedade liberal deve ter papel fiscalizador e deve atuar de maneira independente. Por não criticar ferozmente o governo e por atuar a favor dele, o jornalismo de opinião em Cuba é considerado amordaçado e é motivo de rechaço pelos meios de comunicação dos Estados liberais. No entanto, conforme já debatido, a imprensa está sempre a favor de uma classe: em Cuba, contudo, assume-se tal posicionamento, muitas vezes justificável por uma ameaça real dos Estados Unidos, que investem milhões por ano em ações terroristas e contrapropaganda.

De maneira extremamente sucinta, procurei aqui expor uma pequena parte da complexa realidade cubana e trazer à luz um pouco do ponto de vista de centenas de jornalistas que trabalham na ilha em prol de uma imprensa engajada na causa social e política. Para isso, apesar da abordagem limitada do tema, trabalhei com autores cubanos, como José Benitez, um dos mais notáveis jornalistas do país; não obstante, só consegui ter acesso a um deles, correspondente da Prensa Latina no Brasil. Assim, pretendi aqui apenas apontar alguns caminhos para mais discussões sobre a complexa imprensa de Cuba, assunto ainda muito longe de ser esgotado.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Pedro. *Jornalismo internacional em redes: de como usar NTICs para concretizar a NOMIC*. Monografia de conclusão do curso de Jornalismo apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ARBEX JR., José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BENITEZ, José. *Jornalismo em Cuba*. São Paulo: Com-arte, 1990.
- BETTO, Frei. *O paraíso perdido: nos bastidores do socialismo*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.
- CASTRO, Fidel. *A salvação da América Latina: entrevista concedida ao jornal Excelsior do México*. Rio de Janeiro: Revan, 1985.
- CHOMSKY, Noam. Cuba in the cross-hairs: a near half century of terror. In: *Hegemony or survival*. Nova York: Metropolitan books, 2003.
- _____. Triumphs of democracy. In: *Language and responsibility*. Nova York: Pantheon, 1977.
- FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 4ª ed.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GUEVARA, Ernesto. *Che periodista*. Havana: Pablo de Torriente, 1988.
- GRUPO AREÍTO. *Contra vento e maré*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- HABERMAS, Jüergen. *Mudança estrutural da esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 -1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- JAKOBSKIND, Mário Augusto. *Apesar do bloqueio: Um Repórter carioca em Cuba*. Rio de Janeiro: Ato Editorial, 1984.
- MACHÍN, Ana Nuñez (org). *Clasicos del periodismo cubano*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978.
- MARINO, Verdura Bertha. “Breve histórico da imprensa em Cuba até o século XIX”. *Colóquio Brasil-Transfronteiras de Ciências da Comunicação/Intercom*. Campo Grande: Intercom, 2001. Texto disponível em: <http://revcom2.portcom.inter-com.org.br/index.php/rbcc/article/view/816>. Acessado em 20 de abril de 2007.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto de Alegre: L&PM, 2006.

MORAIS, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

QUIROGA, Ricardo. O caráter extraterritorial do bloqueio a Cuba, monografia de conclusão do curso de Direito apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faculdade de Direito/UERJ, 2003.

SODRÉ, Muniz. Existe consciência ética na imprensa? In: PAIVA, Raquel (org). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

RABELO, Cristiano José. *Liberdade de imprensa hoje: mito e verdade na prática jornalística*, monografia de conclusão do curso de Jornalismo apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2004.

RAMONET, Ignácio. *Fidel Castro: Biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROJAS, Marta. *Cuba 1992: O ano mais duro da Revolução*. Niterói: Arte e Cultura, 1993.

SADER, Emir et al (coord). *Latino Americana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

UNIÓN DE PERIODISTA DE CUBA. *Libertad de prensa*. Havana: Pablo de la Torriente, 2001.

UREÑA, Camila Henríquez et al. *El periodismo en José Martí*. Havana: Orbe, 1973.

VITIER, Cintio et al. *La literatura em el Papel Periódico de la Havana*. Havana: Letras Cubanas, 1990.